



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 41, TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 43ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE ABRIL DE 2018

1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	6
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Manifestação contrária à prisão do ex-presidente Lula; e outros assuntos.	6
Senador Telmário Mota – Expectativa com a votação da Medida Provisória nº 817/2018, que trata do enquadramento de ex-servidores do antigo território federal de Roraima; e outros assuntos.	11
Senadora Vanessa Grazziotin – Manifestação contrária à prisão do ex-presidente Lula; e outros assuntos.	15
Senador Jorge Viana – Indignação com a recente prisão do ex-presidente Lula.	25
Senador Roberto Requião – Preocupação com a suposta ascensão do fascismo no País; e outro assunto.	32
Senadora Regina Sousa – Críticas à prisão do ex-presidente Lula; e outros assuntos.	38
1.3 – ENCERRAMENTO	44

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 43ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Realização de sessão

Realização de sessão solene do Congresso Nacional para o dia 8 de maio próximo, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 100 anos do Dia das Mães no Brasil.	46
---	----



2.1.2 – Documento encaminhado à publicação

Senadora Vanessa Grazziotin – Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno 48

2.1.3 – Requerimento

Nº 188/2018, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão no período de 18 a 21 do corrente. 50

2.1.4 – Término de prazos

Término do prazo, em 6 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nº 98 e 171/2017. 54

Término do prazo, em 6 do corrente, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 586/2015 e o Projeto de Resolução nº 14/2013 continuem as suas tramitações. 54

PARTE III**3 – ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

Nºs 2 e 3/2018 56

4 – PORTARIA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 5/2018 60

5 – MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O SENADO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A CÂMARA DOS CONSELHEIROS DO REINO DO MARROCOS

62

6 – ATO DO 1º SECRETÁRIO

Nº 1/2018 66

7 – ATAS DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Ata da 160ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de fevereiro de 2018 71

Ata da 161ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de março de 2018 73

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 75**9 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** 78**10 – LIDERANÇAS** 79**11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 83**12 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 95**13 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** 98**14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** 147

Ata da 43ª Sessão, Não Deliberativa,
em 9 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 47 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Eu queria, ao mesmo tempo em que cumprimento todos que, neste momento, nos acompanham – estamos aqui na abertura, no plenário do Senado, de uma sessão não deliberativa –, cumprimentar também os colegas, a Senadora Vanessa, o Senador Telmário, o Senador Paim, que estão na Casa, e todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado.

O primeiro orador é o Senador Paulo Paim.

Eu também estou inscrito.

Nesta semana, que começa com tantos desafios, vou daqui a pouco me pronunciar, certamente, e tratar dessa gravíssima situação que nós temos hoje, com essa decisão da prisão do ex-Presidente Lula.

É lamentável o País estar vivendo tempos tão difíceis. E aqui, que é a instituição mais antiga do País, o Senado Federal, acho que todos nós, de alguma maneira, vamos tratar desse assunto. Eu, com a minha preocupação acerca desse ambiente de ódio, de enfrentamento que o País vive e, na minha percepção, de injustiça também. Todas as pessoas que têm amor por este País têm horror à injustiça. Tomara que encontremos uma maneira de pacificar o País e superar esse tempo de medo, de insegurança, que sempre vem acompanhado quando se pratica injustiça, seja em qualquer parte do mundo.

Convido, para fazer uso da tribuna, o Senador Paulo Paim.

E, com todo o respeito, eu vou seguir com uma frase: Lula livre!

Senador Paulo Paim, V. Ex^ª tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, Senador Telmário Mota, Senadora Vanessa Grazziotin, nós alertávamos o País que essa crise política, econômica e social não iria ser resolvida simplesmente – mas muito grave – com o afastamento de uma Presidenta legitimamente eleita.

Aqueles que perderam as eleições articularam – e o termo usado para quem está em casa, neste momento, é uma tal de "pedalada", que nem ele sabe bem explicar o que é – e afastaram a Presidenta. Tiraram aquela que teve 54 milhões de votos. Daí para frente, começaram uma escalada.

Eu tive uma audiência pública, hoje pela manhã, que foi sobre segurança: a violência que foi a tal da Emenda 95, que congela todos os investimentos no País.

Olha, como é que um País que quer crescer congela investimento em saúde, em educação, em segurança, em habitação, e vai tirando todos os programas sociais? Uma ampla maioria vai sendo retirada, só porque era fruto de um governo anterior e deu certo. E eles chegaram lá pela porta dos fundos, de forma ilegítima.

Em seguida, vieram com a reforma trabalhista, que tirou todos os direitos assegurados, praticamente, da Lei Áurea pra cá. Nem vou usar mais o termo "da Era Getúlio". Tudo o que vem sendo conquistado pelo povo brasileiro, pelo trabalhador do campo, da cidade, da área



pública e da área privada, foi retirado num canetaço, porque encaminharam a proposta para a Câmara, e o Senado vota sem ler... Eu fui relator, numa comissão, e li durante cinco horas.

O resultado está aí: a crise no mundo do trabalho.

Os próprios empregadores não sabem nem o que fazer. Virou uma lambança. Ninguém sabe o que pode ou não pode. Aí, eles se comprometeram em baixar uma medida provisória... Não é nem medida provisória: eles se comprometeram em vetar uma série de artigos.

Não vetaram artigo nenhum! Baixaram uma medida provisória – e, Senadora Vanessa, V. Ex^a ia à tribuna e cobrava: "Ué... Cadê a medida provisória?" –, um dia, para inglês ver, que não altera praticamente nada. Ela atenuava alguma coisinha, mas nem essa medida provisória eles deixaram instalar, porque não foi instalada, não se sabe quem é o presidente, não se sabe quem é o relator... Eu faço parte...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estão deliberadamente esperando o prazo, para que ela possa cair.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Rodrigo Maia já disse que acabou! Se ela não chegar até o dia 13, ele não tem compromisso nenhum mais. E, de fato, V. Ex^a tem razão...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Medida deliberada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Medida deliberada, para deixar tudo como está!

Não bastasse isso – nem vou falar aqui de mulher grávida trabalhar em área insalubre, enfim, amamentar em área insalubre, trabalho intermitente. Não vale mais a lei para o trabalhador, só vale a livre negociação –, vieram depois, em seguida, com a tal de reforma da previdência, para entregar para o sistema financeiro, porque iriam privatizar a Previdência – como todo mundo sabia –, com aquela fórmula de 49 anos para se aposentar. Se a média de emprego do brasileiro é de 9 meses em 12, as pessoas iriam se aposentar depois dos 80 anos.

Houve uma reação da população, recuaram... Quando perceberam que não tinham voto, devido à pressão, vão intervir no Rio de Janeiro.

Hoje, na audiência pública, estavam ali delegações do Rio de Janeiro. Perguntados sobre o que melhorou com a intervenção, eles disseram: "Nada!". E quando terminar? "Nada!"

E estava ali a população, na audiência que eu presidi hoje pela manhã.

Não bastasse tudo isso, entrou naquilo que eu me preocupei em colocar no papel, Senadores e Senadoras; entrou a ideia, como disse hoje um jornalista famoso português. Disse ele: "No Brasil, houve o *impeachment* da Presidenta Dilma, e um *impeachment* preventivo [o termo não é meu; é dele], porque o ex-Presidente Lula [e todo o Brasil sabe] estava em primeiro lugar em todas as pesquisas [todas. Todas]!" E eles já sabem que é isso mesmo.

Infelizmente – e aqui eu entro na questão técnica e jurídica também –, a Justiça, pelos seus interlocutores, no caso, não respeitou os prazos legais do processo, em relação ao ex-Presidente Lula. Creio eu que faltou ali serenidade, prudência, bom senso – atitudes que mandam numa situação como essa –, considerando ainda o gravíssimo momento que atravessa o País.

A nossa jovem e querida democracia vai se fragilizando cada vez mais.

Faço uma pergunta a todos que estão nos assistindo e ao Plenário, a todos os brasileiros que nos acompanham neste momento: a quem interessa fragilizar a nossa jovem democracia? Foi tão difícil chegar aqui... Eu digo isso porque eu sou de 1950. Eu tinha 14 anos quando houve o



golpe militar. Particpei de toda aquela caminhada das eleições diretas, do sofrimento das pessoas. Fui Constituinte. Vi o afastamento aqui, depois, de Senadores, de Parlamentares, por motivos considerados graves. Vamos retomar essa situação.

Sabemos que a Defesa poderia opor novos embargos de declaração, conhecidos como embargos dos embargos. Ou seja, tudo feito legalmente. Eu quero falar no campo, aqui, da legalidade. Eu me lembro da época de João Goulart e de Brizola, que defendiam tanto a legalidade.

Pelo prazo legal, a apresentação dos novos embargos poderia ocorrer até amanhã – os embargos ao processo. Os recursos poderiam ser encaminhados até amanhã. E vejam, vamos além: o próprio Presidente do Tribunal Regional Federal, lá do meu Rio Grande, de Porto Alegre, Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, em entrevista, afirmou que o TRF4 levaria cerca de 30 dias para apreciar os embargos, a partir do dia 10 – 30 dias. Aí diz ele: "Só em meados de maio, o juiz seria comunicado, para determinar o que fosse o cumprimento da sentença."

Portanto, isso me leva a crer que essa medida foi seletiva. Eu não vou usar o termo "justiça" aqui, porque não cabe; foi uma injustiça. Não vou usar o termo "justiça", como está aqui. Foi uma injustiça. Foi um ato fora da lei. Foi seletiva.

Já na quarta, dia 11, conforme noticiado amplamente pela imprensa, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, relator das ações declaratórias de constitucionalidade, as chamadas ADCs, para ver se são constitucionais ou não, que tratam da possibilidade do cumprimento de pena após condenação em segunda instância em liberdade – ou não. Vejam bem o que eu estou dizendo: liberdade ou não. Ele vai provocar o julgamento pelo Plenário do Supremo. Por que não esperar essa decisão? Ou seja, o Supremo Tribunal Federal poderá rever a decisão de 2016 que autoriza a prisão para cumprimento da pena após a condenação em segunda instância – e aqui eu emendo – ou não. E lembrei outro dia de inúmeros casos em que o Supremo já mudou de opinião em relação a uma decisão tomada no passado.

Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, eu quero aqui mais uma vez falar que eu alertei – e não só eu; nós todos alertamos –, em 2016, durante o chamado *impeachment* da então Presidenta Dilma, para o fato de que o País só sairia dessa crise com eleições gerais. Lembro que o *site* do Senado Federal, através de consulta pública, revelou eleições gerais em todos os níveis, que 85% das pessoas responderam positivamente. Ou seja, queriam votar para Presidente da República e para o novo Congresso, Deputados Federais, estaduais governadores e Senadores.

Propomos também, à época, em 2017 – infelizmente não foi acatado –, que fosse realizada uma assembleia revisional, com o objetivo de reformar o sistema político, eleitoral e partidário brasileiro. Eu não tenho a menor dúvida de que o País está paralisado em todos os sentidos, com fortes ares de fragmentação.

A Justiça tem sido seletiva, decisões parciais, a democracia atacada e uma economia que se retrai cada vez mais e coloca milhões de pessoas à margem da sociedade, pelo desemprego. E, agora, o Brasil voltou a entrar na estrada da chamada linha da miséria absoluta, ou seja, da fome e da pobreza.

Cada um deve compreender seu papel e seus deveres dentro da democracia, como cidadão e homem público. As instituições e os Poderes constituídos não podem pender para um lado nem para outro. Cumpram-se os processos legais.



Eu diria que, em ocorrendo isto, há um claro atentado ao Estado democrático de direito, quando a injustiça prospera no lugar da justiça.

E, para que a justiça prevaleça, é necessário agir de forma racional, equilibrada, de forma harmônica. O contrário é cair na vala comum da ilegalidade.

Democracia não pode ser confundida com lado ideológico, partidário ou de grupos da sociedade, principalmente – eu tomo a liberdade de dizer – dirigidos pelo mercado. Democracia é um bem das sociedades livres, com Poderes constituídos e independentes. Uma Justiça seletiva e governo sem legitimidade nas urnas são os primeiros passos para colocar – repito – a nossa jovem democracia no mundo das sombras, no mundo das trevas.

Pergunto novamente a todos: a quem interessa tudo isso? Com certeza, à democracia, não. Querem acabar com a nossa Constituição? É o que me parece, porque não a estão respeitando.

Sr. Presidente, com a democracia, tudo; sem a democracia, nada.

Nestes últimos cinco minutos, Sr. Presidente, eu quero dizer que espero sinceramente que, na próxima quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal julgue as duas ADINs a que aqui me referi, tratando se pode ou não responder em liberdade, como manda o conceito maior da Constituição. O Supremo é para isso. É o Supremo que dá a palavra final. Que ele vote essa matéria!

Senador Jorge Viana, permita-me que eu diga isto: logo que começaram a história de que vão prender o Lula de qualquer jeito, eu disse algo em que não fui bem entendido. Eu disse que se vocês fizerem isso... Eu participei da campanha da libertação de Nelson Mandela. Não estou fazendo comparação – sei que nem o Lula gosta disso, deixando bem claro a todos, ele não gosta de comparação, como estão fazendo. Eu participei da campanha da libertação de Nelson Mandela, saí daqui do Brasil com uma comissão de seis Senadores, levei uma carta a Joanesburgo exigindo a libertação de Mandela, recebeu-nos a Winnie Mandela, que faleceu recentemente. E foram criados comitês pela liberdade de Mandela em todo o mundo. Eu sei que alguns que me assistem podem não concordar, mas já começaram a ser formados comitês – eu diria quase que nos cinco continentes – pela liberdade do ex-Presidente Lula, pela forma como o processo foi encaminhado. Aqui no Brasil, não será diferente. Eu, como amo a liberdade, a justiça, a igualdade, vou na mesma linha desses comitês. Sem o processo legal, nós estamos no campo da ilegalidade, da injustiça, porque esse é o procedimento que a própria Constituição, que eu ajudei a escrever, cravou lá. Todos nós assistimos ao que foi esse fim de semana e à preocupação do conjunto da população não só do Brasil, mas de outros países – todos muito preocupados – com o que está acontecendo no Brasil.

Sr. Presidente, eu espero que, como eu disse, o espírito de estadista, o instinto do bom senso, do bem comum prevaleça, que essa decisão final do Supremo Tribunal Federal tenha como norte o cumprimento da Constituição e que a palavra liberdade – liberdade, liberdade – seja assegurada. Lula livre! A palavra liberdade já diz isso, porque é Lula livre mediante o respeito àquela que todos chamam de Constituição cidadã, que, numa hora desta, não vale.

Eu tenho orgulho de dizer para aqueles que cometem a bobagem de dizer que o PT não assinou que eu estava lá. Houve o debate interno? Houve, mas ganhamos por ampla maioria. Eu tenho, no meu gabinete, uma foto com meu filho Jean Paim no momento em que estou assinando a Constituição.

Enfim, com a democracia, tudo; sem a democracia, nada.



Eu termino, Sr. Presidente, dizendo: minha alma, meu coração, minha vida só têm sentido no Estado democrático de direito. Fora disso, perdem a razão todos nós se a democracia for maculada.

Obrigado, Sr. Presidente...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Paim, eu não queria interrompê-lo durante a fala de V. Ex^a, pois V. Ex^a fez um belo pronunciamento. Eu apenas corroboro com suas palavras finais: não há saída para a população brasileira que não seja dentro da democracia e do Estado de direito. Lamentavelmente, o que nós estamos vendo é uma escalada rumo a um processo violento cada vez maior, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Preocupante.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente. O que nós estamos vendo é uma escalada de intolerância. Eu aqui acho que está sendo tão grave, tão grave o que está acontecendo neste País que ambos os lados acabam se excedendo em determinados momentos. O Senador Requião, que acabou de chegar ao plenário, me dizia aqui que o seu filho deputado estadual estava, na noite de anteontem, à frente da Polícia Federal quando da chegada do Presidente Lula, e, sem ter nem pra que, do nada, a polícia começou a atirar naqueles que estavam lá para levar solidariedade ao Presidente Lula. Pessoas saíram feridas para o hospital. Então, é muito grave, Senador Paim. V. Ex^a tem razão. Eu não sei, Senador Jorge Viana, se, na hora em que este Parlamento se levantar para tomar uma atitude séria, necessária, já não será tarde demais. Semana passada, nós nos revezamos ao microfone para falar da manifestação do General do Exército Brasileiro, que, pelo conteúdo, não tinha grandes coisas, mas, pelo momento e pela forma como foi publicada, a...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... leitura da grande maioria da Nação brasileira, inclusive dos meios de comunicação, foi que aquilo era nada mais, nada menos do que uma pressão sobre o Poder Judiciário, que, naquele mesmo dia, faria um julgamento importante em relação ao pedido do *habeas corpus* do Presidente Lula. E V. Ex^a, quando diz isso, lembra também o que vem acontecendo com os trabalhadores, com essa perda de direitos, essa retirada. Enquanto a política está da forma como está, eles correm, seja no Poder Executivo, seja aqui, para aprovarem barbaridades contra o Brasil e contra o povo brasileiro. Está correndo a todo vapor a medida provisória que privatiza a Eletrobras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cujos pedidos de CPI estão aqui no plenário e não é encaminhado.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E não é nem lido. O pedido de CPI puxado pelo Senador Hélio José nem lido é. Então, Senador Paim, eu cumprimento V. Ex^a e penso que nós precisamos tomar alguma providência, Senador Jorge Viana. Acho que nós precisamos nos reunir, pedir ao Presidente do Congresso Nacional que convoque uma reunião de Líderes ou, se for o caso, uma reunião de todos os Senadores e Senadoras na sua sala, para discutirmos a política. Está muito difícil o momento em que nós vivemos. Eu temo por uma radicalização ainda maior. Então, parabéns pelo pronunciamento.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que dou os parabéns a V. Ex^a pelo equilíbrio e tranquilidade da sua fala na linha do que está faltando no País. Eu sei que é a sua linha também, Senador Jorge Viana, que é a de postura de estadista para construirmos uma solução.

Não existe um tal de Conselho de ex-Presidentes? Não existe um tal de Conselho da República? Não existe um Presidente em cada um dos Poderes? Não é a hora, em um momento como este em que podemos ter um retrocesso enorme, enorme...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... no País, de caminharmos para uma construção na linha de fazer o bem sem olhar a quem?

Obrigado, Presidente. Estou à disposição de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e lamento que estejamos vivendo um tempo como este.

Daqui a pouco, eu vou falar, mas agora vai falar o Senador Telmário, a quem quero convidar para fazer uso da tribuna. Em seguida, será a Senadora Vanessa. Logo após, eu falarei como orador inscrito. Após a minha fala, o Senador Roberto Requião.

É lamentável. Estamos desde cedo aqui no Senado, a mais antiga instituição da República, de quase 200 anos, Casa de Rui Barbosa, e temos que viver uma arbitrariedade desta em plena democracia. Chegando aos 30 anos da Constituição, estamos diante de ações fora da lei, fora da Constituição, do arbítrio. Foi isso o que nós vivemos. E o mundo inteiro está chocado com o que o Brasil está vivendo neste momento com a maior liderança que o Brasil já construiu nos últimos tempos. E é muito lamentável estarmos vivendo situações tão delicadas como esta. Por isso, nesta tarde, todos nós vamos ter oportunidade de nos posicionar aqui.

Eu agradeço V. Ex^a, Senador Paim, e peço ao Senador Telmário Mota, como orador inscrito, que ocupe a tribuna para que possa fazer uso da palavra. Senador e colega Telmário Mota, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador e Presidente em exercício Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, amanhã, provavelmente será votada aqui nesta Casa a Medida Provisória 817. Ela vai regulamentar a PEC 199, que depois se tornou a Emenda Constitucional 98.

Na verdade, o meu Estado de Roraima tem esperado essa PEC. que regulamenta o enquadramento dos ex-servidores do Território de Roraima. Os ex-servidores esperam esse enquadramento há mais de 30 anos. E, várias vezes, Senadora Vanessa, lamentavelmente, a promessa desse enquadramento serviu como moeda de troca em várias eleições.

O meu Estado de Roraima era um Estado que, como Território, vivia do setor primário, um Estado expoente. Ao passar para Estado, lamentavelmente deu um passo para trás, diferente de Rondônia, que cresceu e desenvolveu, e também de Tocantins – eles passaram juntos. Roraima voltou à economia do contracheque. E isso só aumentou a ansiedade dos ex-servidores para realmente voltarem a ser incluídos nos cargos federais que ocuparam enquanto Roraima era Território. E políticos sem escrúpulos usaram isso como moeda de troca em várias eleições.



Quando chegamos aqui, nós estivemos sempre preocupados com isso e começamos a cobrar esse enquadramento. Isso naturalmente causou inquietação naqueles que viviam prometendo. Aí saiu a PEC 199, que saiu imperfeita, porque ela não contempla os ex-servidores que estão no Judiciário, no Ministério Público, nas câmaras e nas Assembleias Legislativas e nem também no Tribunal de Contas, diferente do que aconteceu com Rondônia, em que esses servidores foram beneficiados. Inclusive, o Relator foi o Senador Romero Jucá, do meu Estado. E ele acatou isso. No entanto, ele foi o autor dessa PEC, e agora ele não acatou, ou seja, os eleitores que votaram nele ele não quer que inclua. Os de Rondônia, ele incluiu. Agora, várias emendas à MP 817 foram propostas pela Senadora Ângela, pelo Senador Randolfe no sentido de esses servidores também serem beneficiados. E o decreto em que o Presidente regulamenta a Medida 817 – inclusive, fez o decreto antes de a medida ser votada – já exclui de cara mais de 3 mil famílias, ou seja, mais um verdadeiro engodo. Nem a LOA, nem a LDO, nem a medida provisória têm a previsão orçamentária e financeira para bancar esse enquadramento. E o Relator ofereceu como recurso um dinheiro que já tem dono, que é destinado ao ex-Território da Guanabara. É um jogo sujo, mais um engodo, uma enganação.

O que nós queremos agora? Sou a favor esse enquadramento de 10,3 mil pessoas, o que exige. E ele tem que sair antes das eleições. E também, o Sr. Relator, o Senador Romero Jucá, está deixando de fora os terceirizados, os estagiários – só isso dá mais de 3 mil famílias – e está deixando de fora os servidores que estão no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público e no Tribunal de Contas. Uma grande injustiça. Então, vou resistir a isso e vou cobrar esse enquadramento.

E que o Ministro do Planejamento, que está vazando informações, através de redes sociais, deixando que listas do Ministério, que são sigilo do Ministério, sejam divulgadas antes de o Ministério divulgar no *Diário Oficial*, tenha mais responsabilidade e monte um grupo suficiente, um mutirão para providenciar o enquadramento dessas pessoas, não botando 20, 30 pessoas e deixando 10,3 mil votarem e serem enganadas depois, porque ninguém sabe nem como vai ser o destino do Temer, porque a Justiça brasileira até botou na cadeia o Presidente pai dos pobres, mas o Presidente que rouba os pobres está sentado lá no Planalto.

Eu quero aqui também, Sr. Presidente, dizer que estive no meu Estado, neste final de semana, especificamente ali no Município de Rorainópolis, que é o segundo maior Município do meu Estado. Fica entre o Estado de Roraima e o belo Estado-mãe, o Estado do Amazonas, da minha querida e indispensável Senadora Vanessa.

Eu queria até aproveitar aqui e dizer que gostaria muito de ser eleitor do Amazonas para poder depositar o meu voto na Vanessa, porque a Vanessa representa como ninguém a mulher, o necessitado, a integridade, a justiça, o social. É uma Senadora que convive muito com o Senador Requião, exímio ex-Governador e Parlamentar, e eles compartilham juntos um processo importante para o Brasil, levantando sempre a voz nesse sentido. Então, Senadora Vanessa, espero que os amazonenses, da terra da minha avó, realmente não deixem de reconduzi-la a esta Casa, porque é muito importante a sua presença aqui.

Estive em Rorainópolis, então, Sr. Presidente, Senador Jorge, e aqueles Municípios ali...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Telmário, primeiro, para agradecer a gentileza de V. Ex^a, que tem sido um grande defensor do povo de Roraima. Acho que esse pronunciamento que V. Ex^a faz é uma demonstração clara disso. Este é o seu cotidiano aqui no Senado Federal: defender o Estado de



Roraima. Além disso, V. Ex^a tem sido muito atencioso com seus pares, com seus colegas e, particularmente, com as mulheres Parlamentares, nós que somos tão poucas aqui, no Senado Federal, e que travamos uma luta tão difícil, afinal de contas o exemplo está aí. Acabamos de sair do mês de março, mês da mulher, aprovamos vários projetos, todos de enfrentamento e combate à violência, mas nenhum deles de enfrentamento à desigualdade da mulher no mercado de trabalho; nenhum deles de combate à desigualdade da mulher na política brasileira. V. Ex^a é um dos poucos, Senador Telmário, que tem estado ao nosso lado, e nós lhe somos muito gratas por isso. Parabéns, Senador, e muito obrigada pelas palavras que me tocam.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – São tão poucas! E eu queria dizer a V. Ex^a que, embora, lamentavelmente, haja poucas mulheres aqui no Senado, mas as poucas que aqui estão são de uma eficiência, são de uma capacidade, são de uma essência! São proativas, têm atitude e determinação. Então, o que se destaca nas mulheres aqui, Senadora Vanessa, é a qualidade. E o que falta em muitos homens aqui é a qualidade, o caráter e a disciplina. Então, V. Ex^{as} estão em quantidade menor, mas com muito mais qualidade.

Então, voltando ao meu Estado, com relação a Rorainópolis, eu queria dizer que andamos por muitos Municípios – fomos a Nova Colina, fomos ao Equador, fomos conhecer vicinais para as quais alocamos recursos, o Município em que estamos só com dois anos de emenda, mas para o qual já alocamos mais de R\$7 milhões, ajudando principalmente o homem do campo. Tenho certeza... Porque ali fomos recebidos com um carinho que, olha, é até difícil descrever, com muito amor, com muita crença, as pessoas acreditando... E isso realmente nos dá vitamina para voltar a esta Casa e, cada hora mais, arregaçar as mangas da camisa, Senador Jorge, e lutar! Lutar por qualidade de vida; para mudar a matriz econômica, tirar Roraima do contracheque, voltar a investir no setor produtivo, especialmente no setor primário, na agroindústria, na indústria; resgatar uma educação com mais qualidade; dar ao homem do campo a titulação das suas terras, as licenças ambientais; aparelhar com infraestrutura, com estrada, com ponte, com energia.

Nós temos a energia mais cara do País. E olha que a Dilma facilitou tudo para termos energia, para estar interligada; mas infelizmente o PMDB do meu Estado é uma lástima, como diz um amigo meu – com todo o respeito ao Senador Requião, que é do MDB antigo; é um pioneiro formador, que não tem nada a ver com esse quadro. Ele está para esse quadro assim como a água está para o óleo: não se misturam.

Então, hoje realmente o meu Estado precisa disso. O homem do campo precisa ter ali a qualidade, o apoio do setor público. Hoje, lamentavelmente, por um abandono ao homem do campo, 83%, Senador Requião, da minha população mora na cidade. Isso me deixa de coração partido. É uma cidade que não tem indústria, não tem agroindústria. Hoje, nós temos um PIB de 50% do contracheque, 36% de serviço e comércio, 9% da indústria e só 6% da agropecuária.

Então, quando eu vejo hoje o Estado de Goiás, de Mato Grosso, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, vários Estados do Nordeste e mesmo do Norte altamente desenvolvidos, buscando progresso, tendo uma economia consolidada, uma economia independente, dando ao seu povo qualidade de vida, dando ao seu povo o direito de viver, de ir e vir por sua própria economia, eu fico realmente com coração partido ao ver o meu Estado ajoelhado diante de favores, de corrupção, de mentiras, de engano. É por isso que a gente vem a esta Casa, a esta tribuna e faz essa referência. Mas, naturalmente, nessas nossas andanças, ao abraçar o cidadão, a cidadã, ao trocar o olhar, ao ouvir a sua dor, a sua reclamação, a sua



necessidade, a sua prioridade, a gente se vitamina e volta aqui com muito mais vontade, realmente, de fazer Roraima voltar a ser o grande eldorado, o Estado do progresso, o Estado do futuro e, sobretudo, o Estado da oportunidade; onde um pobre trabalhando honestamente possa ficar rico desde que os órgãos públicos, desde que o Governo, direcionem as suas energias e as suas forças para mudar toda a nossa matriz econômica.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, esse meu apelo. Era isso que queria falar da tribuna.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário Mota, permita-me só um minutinho; está dentro do seu tempo ainda. Eu queria cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a, há pouco tempo, fez considerações ao meu trabalho, como fez agora ao da Senadora Vanessa, e a repercussão foi enorme nas minhas redes sociais. Eu quero, com o mesmo carinho e com muita verdade, também cumprimentar V. Ex^a pela forma como atua; como, nas comissões, toda vez que a gente pede, V. Ex^a está lá junto, presente; como defende com alma, coração e vida o direito do povo, dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas; e como combate todo o tipo de preconceito. Mas há algo que muitos não sabem: a questão indígena! Porque há uma onda por aí no sentido de que defender a questão indígena, a questão quilombola, a questão de negros não dá votos. Mas eu queria dizer que, primeiro, isso não tem fundamento; senão eu não estaria aqui e V. Ex^a também não estaria. Mas, mesmo que não dessem votos, o que eles não entendem é que as causas, para nós, estão em primeiro lugar, além de só olhar se dá voto ou não. V. Ex^a é desses homens que defendem causas e não coisas, e não somente olhando se isso vai dar um resultado positivo nas urnas. Por isso meus cumprimentos a V. Ex^a. Parabéns, Senador Telmário!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Muito obrigado.

E já que você tocou nesse assunto de dar voto ou não dar voto, como nós temos uma pré-candidatura ao Governo do meu Estado, às vezes alguns correligionários nos observam, e aqueles mais radicais de redes sociais dizem assim: "Senador, diminua um pouco essa sua manifestação em defesa dos povos indígenas. Olha, isso cria uma animosidade. Tem gente que não quer votar, porque acha que os índios têm direito a tudo, pegaram a terra toda do Estado e tal..." Eu falo: "Olha, deixe-me falar uma coisa para você. O homem que foge às suas origens perde a sua identidade – para não dizer que ele não usa calças!"

Então, veja você, eu nasci – minha bisavó era índia pura, não falava nem português – numa comunidade indígena e nela eu morei até os onze anos de idade. Comecei a trabalhar aos nove em fazendas, de fazendeiros, e vivi na escuridão do analfabetismo até os 11 anos de idade. E a minha mãe, embora indígena – depois foi para a cidade tentar me dar o estudo, a educação, sendo uma empregada doméstica –, sempre me ensinou os bons costumes, as boas maneiras e sempre me pediu muito duas coisas. Ela me pediu: "Nunca abandone a religião católica e nunca esqueça que os índios são seus parentes." Então, quando eu vim para cá, eu trouxe isso no meu sangue; essa defesa é de DNA. Quando eu defendo índio, eu estou defendendo os meus ancestrais, as minhas origens; e eu fico muito orgulhoso! Se isso perde voto ou ganha voto, o futuro me reserva; mas o que eu não posso é vir aqui e rasgar a minha história.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Telmário.



E, neste momento, queria convidar, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, o próximo orador sou eu.

Peço até ao colega, Senador Paulo Paim, que possa daqui um pouco se encaminhar para, quando da minha fala, V.Ex^a assumir, Senador Paim; mas, agora, é a Senadora Vanessa, como oradora inscrita, que fará uso da tribuna.

V.Ex^a tem o tempo regimental de 20 minutos, Senadora, mas obviamente...

O próximo inscrito após a senadora sou eu; e V.Ex^a em seguida, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois é, mas temos que cumprir...

Senadora Vanessa com a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Eu acho que hoje as Excelências não estão no plenário, Senador Requião. Aqui fala somente a Senadora Vanessa.

Obrigada, Senador Jorge, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

Sr. Presidente, eu estive no interior do Estado do Amazonas desde a última quinta ou sexta feira, portanto não pude estar presente, não pude pessoalmente levar a minha solidariedade ao Presidente Lula. Mas, mesmo de longe, mesmo no interior, quando a internet pegava, nós imediatamente buscávamos notícias sobre os acontecimentos.

E, Senador Jorge Viana, eu, que iniciei a minha militância política, Senador Requião, um pouco depois de V.Ex^a, já no final do regime militar, em 1979, quando entrei na Universidade Federal do Amazonas e comecei a militar, e vi e participei da grande mobilização, Senador Paim, do povo brasileiro por anistia geral, ampla e irrestrita, quero dizer que não imaginei – aquela jovem que começou a sua militância aos 17 anos –, sinceramente não imaginei que nós viveríamos momentos como este que estamos vivendo. Não imaginei! É um momento de profundo retrocesso. Não adianta dizer que o Brasil vive numa normalidade. O Brasil não vive numa normalidade. Não adianta dizer que nós estamos vivendo num país com uma situação de plena democracia. Isso não é verdade, Senador Jorge Viana.

Aliás, quero lembrar aqui, para não parecer um pronunciamento pessimista de minha parte, as palavras do Ministro Lewandowski, Senador Requião, quando ainda era Presidente do Supremo Tribunal Federal e aqui, neste plenário, coordenou as sessões de julgamento do tal *impeachment* contrário à Presidenta Dilma. Logo depois que tudo se encerrou, ele concedeu uma longa entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, e uma das suas principais declarações – isso me marcou e me marcará; acho que marcará a nossa história para o resto da vida – foi quando ele disse que vivíamos, estávamos vivendo um momento de pausa democrática, de pausa na democracia.

E por que ele disse isso? Porque ele, tanto quanto nós, sabia que a decisão que foi tomada de retirar a Presidenta Dilma do Palácio do Planalto não foi uma decisão jurídica ou legal. Não! Foi uma decisão política. E alguns aqui têm a coragem de chegar de público e dizer o que para nós, nos bastidores, principalmente na Comissão do Impeachment, era repetido todos os dias. Por isso, o próprio Senador Paim colocou que, desde aquela hora, estávamos acenando e propondo... De fato, vivemos um processo de profunda crise política, econômica e institucional.



Então, para atravessarmos essa crise, para superarmos a crise, de que o Brasil precisa? De democracia, de participação popular. O Senador Requião foi um dos grandes articuladores, ao lado da Senadora Lídice, do Senador Capiberibe, de tantos que aqui estavam. E nós víamos, desde aquela hora, que a saída para a superação da crise era a realização de eleições, que não precisariam ser somente ou exatamente eleições presidenciais; elas poderiam até ser eleições gerais; mas seria na população que nós buscaríamos a saída para a crise.

Não. Assumiram o poder. E nós dizíamos: "Querem tomar o poder, não porque uma Presidenta cometeu crime, ou fez pedalada fiscal, ou teve problema com o Plano Safra, ou cometeu ilegalidade no Plano Safra, não. Querem tomar o poder, porque querem aprovar a reforma trabalhista." E aprovaram a reforma trabalhista. Querem tomar o poder, porque querem fazer a reforma previdenciária. Ainda não fizeram a reforma previdenciária; deram uma pausa. Adiaram essa reforma, que eles farão assim que acabarem as eleições, lamentavelmente. E a população brasileira tem que estar alerta a tudo isso que está acontecendo. Querem tomar o poder para entregar a Petrobras; para vender, privatizar, a preço de banana, a Eletrobras.

E vejam, senhores, quem acaba de assumir o Ministério de Minas e Energia. Quem acaba de assumir? Moreira Franco, cujos colegas, aquela turma, foram os que ficaram no Palácio do Planalto; porque o outro, que tinha tanto poder como ele, estava preso, está preso. Eu me refiro ao ex-Ministro, ao ex-Deputado Geddel Vieira Lima, um dos maiores críticos à Presidenta Dilma, aquele que dizia que a corrupção grassava no governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Pois bem, foi pego – pego e acusado – não por uma pedalada, mas com um apartamento, um *bunker*, que continha, em dinheiro vivo, mais de R\$50 milhões.

E o Brasil inteiro sabe que ele não é o único proprietário, porque os indicativos todos mostram que aquele era um dinheiro do PMDB, de Michel Temer, era dele o dinheiro. Então, era para isso?

E o que aconteceu, nesses últimos dias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ali poderia estar o dinheiro que sobrou da compra do *impeachment*.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente.

E o aconteceu nos últimos dias? O Brasil e o mundo perplexos assistindo ao julgamento, à prisão ilegal do Presidente Lula. E por que ilegal? Primeiro, porque ele não cometeu crime – é bom que se diga. Eu estive com o Presidente Lula várias vezes, durante esse período, e ele não falava outra coisa no privado, que é exatamente aquilo que ele fala no público: "Eu sou inocente. Eu nunca tive apartamento." Pois condenaram-no por uma propriedade que nunca lhe pertenceu – nunca lhe pertenceu. Condenaram o Presidente Lula porque veio um procurador da República dizendo que tinha convicção. Prova, não; convicção, sim. Convicção, Senador Requião, segundo a Constituição brasileira, não é capaz de condenar ninguém. Rasgaram a Constituição brasileira quando condenaram o Presidente Lula sem uma prova. E depois rasgaram quando exigiram o cumprimento de uma pena sem o trânsito em julgado – quando exigiram o cumprimento da pena.

Aliás, é algo que nós temos que voltar a debater e debater muito aqui, no Congresso Nacional, sobre o que está acontecendo. Espero que, rapidamente, o Supremo se reúna novamente, para rever a decisão tomada, porque o art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, que diz que ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado, não é algo passível



de interpretação. Foi o próprio Ministro Marco Aurélio de Mello, já no finalzinho da votação do *habeas corpus* do Presidente Lula – que, diga-se de passagem, perdeu por 6 a 5, foi a Ministra Cármen Lúcia que desempatou...

Aliás, parece que houve também um certo empate também em relação a um Senador da República, chamado Aécio Neves, contra quem não pesam convicções, contra quem pesam provas graves: gravações, falas, inclusive, observações dizendo o seguinte: "Se alguém entregar, se alguém delatar, a gente mata." Pois esse continua aqui sentado, Senador da República – continua aqui.

Mas o Brasil inteiro assistiu à prisão do Presidente Lula, e como é que se deu? Senadores, o Supremo começou a se reunir 14h do último dia 4, quarta-feira, concluiu a votação já para além da meia-noite do dia 5. O Brasil inteiro aguardava, porque a partir dali já havia a expectativa de que uma ordem de prisão seria determinada, seria assinada. Mas ninguém pensava que seria naquele dia tão rápido, sem que sequer se concluíssem os prazos de recursos da defesa do Presidente Lula no próprio Tribunal Regional Federal, sem que sequer a decisão do Supremo tivesse sido publicizada – inclusive a que cassou o salvo-conduto do Presidente Lula nem sequer tinha sido publicada. Foi açodadamente. Por que isso?

É bom que as pessoas se perguntem: por que Lula é um criminoso perigoso? Por que Lula pode reincidir no crime? Coisa nenhuma, nem criminoso é. Porque eles precisavam, como precisam, consolidar o golpe. E consolidar o golpe significa o quê? Tirar toda e qualquer possibilidade de o Presidente Lula concorrer nas próximas eleições.

E aí eu pergunto a cada um e a cada uma dos brasileiros e brasileiras, que têm que se perguntar também: será que, se o Presidente Lula não fosse o primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto à Presidência da República, ele estaria preso? Não, ele não estaria preso.

Então, o que perseguem não é a figura do Presidente Lula. O que perseguem é um projeto político, um projeto que quer um Brasil diferente. Um projeto que errou? Errou e errou muito; errou e errou muito; errou e errou muito. Agora é bom que saibam também que ninguém, quando se elege Presidente da República, consegue fazer nada sozinho se não tiver o apoio do Congresso, se não tiver o apoio dos Parlamentares. E tanto Lula quanto Dilma trabalharam com o Parlamento, cuja composição nós conhecemos.

Um exemplo eu dou do meu Estado do Amazonas. Todos apoiavam, Senador Paim, Lula e Dilma. Todos. Nunca o meu Estado do Amazonas foi tão priorizado, tão reconhecido, tão respeitado. Nunca o meu Amazonas ganhou tanto num governo quanto ganhou com Lula e com Dilma. Basta dizer que prorrogamos a Zona Franca de Manaus por 50 anos, por 50 anos!

Pois bem. A grande maioria da nossa Bancada de onze – oito Deputados e três Senadores – apoiavam Lula e Dilma. Pois bem. Na hora desse tal *impeachment*, quem ficou? Eu. Somente eu. Eu. Somente eu. Todos viraram as costas. Agora eu digo: quando viraram as costas, não viraram as costas para Dilma; viraram as costas para o povo brasileiro, para quem hoje está perdendo com a reforma trabalhista, para quem está perdendo com as privatizações que estão fazendo, para quem está perdendo com a Emenda Constitucional 95, que impede mais investimentos em educação, em saúde, em segurança pública.

Então, é muito triste ver o que acontece com todo esse processo que o Presidente Lula sofreu nesses últimos dias, em que decretaram a prisão. Feito isso, imediatamente, ele foi ao Sindicato dos Metalúrgicos e lá começou a receber Lideranças Parlamentares. O meu Partido estava muito bem representado pela Deputada Manuela d'Ávila. Nossa Presidente lá esteve,



assim como vários dirigentes e Manoela, que é a nossa pré-candidata à Presidência da República, porque nós temos convicção de que defender Lula é defender a democracia, é defender o Estado de direito.

Mas não bastasse isso, ainda procuraram humilhar o Presidente Lula. E procuram de todas as formas. Eu conversava agora há pouco com o Senador Requião: o que é aquele avião que levou o Presidente Lula? Que avião era aquele? Eu aqui não quero dizer que é um avião ruim, não, porque nós andamos em aviões que mais parecem aviões de papel – não é, Senador Jorge Viana? – lá nas nossas regiões.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Andar de Cessna, andar num monomotor, naquele Cessna Caravan, é luxo. Andar num avião daquele, para a gente, na Amazônia, é luxo. É um avião seguro. Mas eu pergunto: é um avião usado regularmente para o transporte de um Presidente da República, de uma capital a outra do País? Eu só pergunto isto: é um avião usado regularmente?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É claro que não é! É claro que não é! É para humilhar! É para humilhar, é para humilhar o Presidente Lula!

Agora, o mais grave.

Quando ele chegou de helicóptero na sede da Polícia Federal, em Curitiba, a praça de guerra se instalou. Lá estavam os dois lados. E por que a polícia só atacou um lado? Os relatos que nós estamos ouvindo têm que ser investigados, Senador Jorge Viana.

Estou entrando com um requerimento não em uma das comissões, mas neste plenário. E, a partir de amanhã, quando tivermos sessão deliberativa, vamos ter que enfrentar e debater um requerimento, para que se explique o que fizeram em Curitiba na hora da chegada do Presidente Lula. *Laser!* O outro lado, que não estava sendo importunado pela polícia, dos eleitores do Bolsonaro – cujo *modus operandi* nós sabemos –, estava com *laser*, Senador Jorge Viana, o que é grave! Aquilo pode derrubar um avião!

E a polícia fez o quê? Atacou os que estavam em apoio ao Presidente Lula. E eu também sugiro, para não dizer que estou só defendendo os meus, que vejam as imagens. Elas estão aí na internet. Elas estão espalhadas pelo Brasil e pelo mundo.

Mas o que é pior: não bastasse isso tudo, logo em seguida, veio a público – olhe, Senador Requião – a seguinte frase, na torre, comunicação entre a Torre Bacacheri, de Curitiba, e a Torre de Congonhas, do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com uma voz masculina, que disse o seguinte: "Leva e não traz nunca mais!"

Aí, entrou outra voz e disse o seguinte: "Manda esse lixo janela abaixo aí!" Aí, entrou uma voz – e eu ouvi, também está na rede, sugiro que escutem essas gravações – feminina, chamando a atenção: "Senhores, restrinjam-se às questões técnicas, porque essas gravações são abertas, são públicas, e isso não pode ser dito."

Pois bem. Minutos depois, a Aeronáutica, Força Aérea Brasileira, soltou uma nota, dizendo o seguinte – eu até achei que era *fake*, quando vi pela internet, a nota da Aeronáutica:



Os dois áudios recentes envolvendo comunicações aeronáuticas e contendo comentários externos são verdadeiros e ocorreram na frequência da Torre Congonhas [...] e na da Torre Bacacheri, em Curitiba, ambos na noite de sábado.

Podemos afirmar [diz a nota da Aeronáutica] que as referências ao ex-Presidente não foram emitidas por controladores de voo.

Foram emitidas por quem, então? Por quem foram emitidas?

As frequências [diz a Aeronáutica] utilizadas para essas comunicações [...] são abertas. O objetivo é que todos na sua escuta tenham conhecimento do que está ocorrendo no tráfego aéreo, condição importante para manutenção da segurança operacional.

Quem estiver conectado pode ouvir e falar [veja, quem estiver conectado pode ouvir e falar], seguindo as regras do tráfego aéreo, devendo utilizar a fraseologia padrão e se identificar. Lamentavelmente, nas gravações em questão, as frequências foram utilizadas de [...] forma inadequada por alguns usuários que se valeram do anonimato para contrariar essas regras.

Aeronáutica, Governo brasileiro, isso não basta! Não basta! Senador Jorge Viana, isso não basta! É por isso que, amanhã, não vamos deixar esse debate, Senador Jorge Viana, em nenhuma das comissões! Nós vamos enfrentá-lo aqui, neste plenário, porque isso é muito grave.

É a vida de um ex-Presidente da República – e não só dele, mas de muitos outros! A Deputada Manuela estava, há pouco – aliás, o Senador Lindbergh a acompanhava e o Deputado Paulo Pimenta também –, em frente à Polícia Federal do Paraná agora e foi agredida.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Só para concluir essa parte, Senador Requião.

Chegou um rapaz, fingindo ser apoiador, bateu uma foto, fez xingamento a ela e, depois, ele saiu escoltado pela polícia. Chegou escoltado e foi para dentro, para um lugar em que ninguém podia entrar, um lugar restrito. Então, nós estamos perguntando: quem é esse cidadão que se infiltrou onde estavam os apoiadores, os solidários ao Presidente Lula, provocou e depois saiu escoltado pela PF?

Eu concedo, Senador Requião, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senadora, a interferência da voz feminina no diálogo feito no sistema de comunicação entre o avião e a torre identifica, com clareza, os autores das barbaridades, das ameaças e das sugestões: eles são controladores de voo. Ela fez uma advertência, passou um pito: "Tratem de conversar sobre o voo, e não sobre a opinião que vocês têm a respeito do Lula." Então, essa história de a Aeronáutica dizer que o sistema pode ser invadido não convence ninguém, ninguém de boa-fé, ninguém sério. Isso tinha que ser aprofundado. Isso que aconteceu com Lula é uma ameaça para todo mundo. São moleques que estão trabalhando na frequência da Aeronáutica. E, pela interferência da famosa voz feminina, eles são controladores, sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Pilotos e controladores.



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeitamente, Senador Requião. E isso, como diz V. Ex^a, é extremamente grave.

É por isso que eu digo: não é um problema a ser enfrentado na periferia do Parlamento, não; é um problema a ser enfrentado neste plenário aqui...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... pelo conjunto não só dos Líderes, mas de todos os Parlamentares e pelo próprio Presidente da Casa. Nós precisamos exigir explicações.

Na semana passada – eu repito aqui –, todos ocupamos a tribuna para falar, de forma até assustada, dessa pressão, Senador Paim – concedo um aparte a V. Ex^a –, que se fez, direta ou indiretamente – alguns, direta; outros, indiretamente –, perante o Supremo Tribunal Federal, dizendo o seguinte: "Ou vota do jeito que a gente quer, ou pode vir aí uma intervenção". Ora, que coisa é essa? Aonde é que nós estamos chegando?

Eu quero aqui, antes de que falem qualquer coisa contra mim, dizer que também assisti a alguns exageros que partiram, Senador Jorge Viana, do lado de cá em relação a pessoas do lado de lá, o que também nós não aceitamos. Por exemplo, eu vi pela televisão hoje que um cidadão foi agredido em frente ao Instituto Lula. Primeiro, eu não sei como é que uma pessoa que discorda tem a capacidade, a coragem de ir para a frente do instituto para xingar pessoas; mas foi lá. O que ele deveria ter recebido? No máximo, um xingamento. Mas, infelizmente, partiram para a agressão física, que não cabe em lugar nenhum – não cabe em lugar nenhum. Às vezes, a provocação se torna tão grande que as pessoas perdem o controle.

É por isso que digo: nós temos que trazer o controle de volta. E quem tem que fazer isso é o Poder constituído. Michel Temer não tem essa condição. Michel Temer está calado. Na semana passada, por um dia, por dois dias, não se falava em outra coisa sem ser intervenção, e Michel Temer calado estava e calado ficou. Mataram uma vereadora, e ele ficou calado. Atentam agora contra a vida de um Presidente – dizer "joga esse lixo da janela" é um atentado –, e ele fica calado. Se ele não toma uma atitude, o Senado Federal, o Parlamento, Senador Jorge Viana, tem que tomar; o Parlamento brasileiro tem que tomar uma atitude. Do jeito que está não pode ficar!

Concedo um aparte, Senador Paim, a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Vanessa, é um aparte pequeno, mas eu deixo no ar. Eu pensava aqui – como estou aqui desde a Constituinte –, e eu vou um pouco para trás, desde a democratização, ou podemos voltar um pouco mais no tempo: quantos ex-Presidentes da República foram presos após o fim do mandato? V. Ex^a lembra algum? Eu não lembro nenhum. E por que essa pressa em não respeitar os prazos? É o que me perguntam no Twitter: "Paim, por que não respeitaram o prazo?" Eu sou obrigado a dizer que há um componente político. Há – não há como não. Por que não respeitaram os prazos, se eles poderiam, se essa era a vontade deles, daqui a 20, 30 dias? Porque eles estão preocupados com os prazos para não permitir que ele possa se habilitar – devido as próprias pesquisas – a ser candidato, e poderá ganhar até no primeiro turno. Não tem como desvincular uma coisa da outra, porque não havia motivo algum para o processo ser desrespeitado, os embargos não serem assegurados. E, de pronto, disseram: "Prende, que só



assim ele não poderá mais, em tempo hábil, se apresentar como candidato a Presidente da República." Eu estou fazendo aqui uma reflexão, mas, se é isso mesmo, é da maior gravidade. Eu aprendi, ao longo da minha vida, que o que não está nos autos do processo não existe, e isso não está nos autos do processo. Desrespeitaram os prazos para que ele não possa se habilitar e se apresentar como candidato a Presidente da República. Digam o que digam, Senadora Vanessa Grazziotin, mas me mostrem. Vamos fazer um comparativo histórico. Quem fez mais pelo povo brasileiro durante o período do Presidente Lula? É isto que preocupa: ele teria tempo, disputando as eleições – e eu espero que possa ainda –, de mostrar tudo o que fez, e o resultado as pesquisas já mostram. Quero só fazer esse aparte rápido e, ao mesmo tempo, cumprimentar V. Ex^a pela demonstração clara de que tudo começou no momento que eles perderam as eleições. Aí, foi etapa por etapa, e culminou com essa maldita – e, felizmente, não passou – reforma da previdência. Foram intervir no Rio como desculpa, porque sabiam que perderiam a votação da reforma da previdência, ato posterior. Então, resolvem acelerar o processo – eu não estou nem aqui falando do mérito –, um processo totalmente seletivo...

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e querendo que ele fosse, então, proibido – na visão deles – de poder se apresentar e ser candidato a Presidente da República. Parabéns a V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu incluo e agradeço o aparte de V. Ex^a.

Senador Requião e Senador Jorge Viana, apenas para concluir, quero lançar aqui mais uma questão, que diz respeito a tudo isso que nós estamos conversando.

Esta semana, o Supremo Tribunal Federal deverá se reunir novamente para votar a ação direta de inconstitucionalidade sobre essa tal manifestação e interpretação que o Supremo deu, desde 2016 – segundo o Ministro Marco Aurélio, Senador Requião, no calor da Lava Jato –, porque é uma interpretação que não expressa *ipsis litteris* o que diz a Constituição da República, art. 5º, inciso LVII. Então, eles devem analisar a ação direta de inconstitucionalidade – e são várias. Uma delas é da Ordem dos Advogados do Brasil, da OAB. Dos advogados do Brasil – repito.

E todos sabem, Senador Jorge Viana, qual tem sido a postura da direção da OAB nesses últimos tempos. Eles têm a convicção e a justeza de que, de fato – sobre essa Adin – permitir a prisão em segunda instância, ou seja, o cumprimento da pena já em segunda instância, é um grande equívoco constitucional. Muito mais do que equívoco, é um flagrante atentado à Constituição.

Mas veja: eu li, agora há pouco – isso é muito interessante, e eu peço que seja incluído nos *Anais*, porque tudo que fica nos *Anais* fica para a história –, uma matéria de jornal. Eu não acompanho todas as votações do Supremo, mas um jornal, agora, um meio de comunicação, publicou o seguinte, Senadores: "Rosa Weber negou prisão no Rio Grande do Norte em caso análogo ao de Lula 15 dias antes" – 15 dias antes. Foi uma ação movida pelo Ministério Público Eleitoral no Rio Grande do Norte contra Rejane de Oliveira Ferreira, Francisco Ferreira e Hermano, porque teriam sido condenados, Senador Jorge Viana, Senador Paim, Senador Requião, pelo TRE – então, um colegiado de segunda instância, porque primeiro é o juiz.

(Soa a campanha.)



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pelo TRE. Portanto, eles estariam inelegíveis. Está aqui: os três foram condenados em 2016, unanimemente, pelo TRE, pela prática de crimes de corrupção eleitoral. Então, eles recorreram.

E veja o despacho:

Às fls. 3.056-62, o Ministério Público [...] requereu o imediato cumprimento do início da pena, com a expedição da respectiva guia de execução, pelo que determinei fosse aguardado [isso pela Ministra Rosa Weber] o desfecho da controvérsia no Supremo Tribunal Federal, diante do ajuizamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, sem prejuízo da regular tramitação do recurso no TSE.

É o relatório.

Então, essa foi a decisão da Ministra. Não pode...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não pode cumprir agora. Tem que aguardar o ajuizamento e a votação das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Requião, pois não.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Eu não espero do Supremo Tribunal a perfeição. Ele é passível de erros e de equívocos. Mas nós temos, dia 4 agora, o julgamento de uma ação do PEN exatamente sobre o princípio da presunção de inocência. A Ministra, tecnicamente, pode até dizer que não estava equivocada – era um *habeas corpus* contra uma decisão do STJ –, que havia se baseado numa posição anterior – equivocada, mas anterior –, do Supremo Tribunal Federal. Agora, não. O Ministro Marco Aurélio pretende levar à Mesa do Tribunal.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas nem isso, porque aqui ela deu, porque aqui ela não concedeu, Senador.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Sim, mas veja: do ponto de vista técnico, ela está certa nesse caso citado...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas deveria ter agido assim em todos os casos e não em alguns.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... pela Senadora Vanessa e errada no caso do *habeas corpus* do Presidente Lula. Mas, agora, na quarta-feira, nós vamos ver o Supremo Tribunal julgar o princípio. Eu, inclusive, acho que esse princípio pode ser discutido pelo Congresso, por pessoas eleitas pelo povo. Nós temos exemplos terríveis de condenações que não eram cumpridas ao longo de décadas – por exemplo, a do Maluf. Eu mesmo já fiz uma sugestão de iniciarmos o debate sobre isso, e apresentei um projeto, na companhia do Senador Ferraço, da Senadora Gleisi e do Senador Alvaro Dias. Ela foi relatada – talvez até inadequadamente, porque era um dos subscritores – pelo Senador Ferraço. Está na Comissão de Constituição e



Justiça. Mas só o Congresso podia mudar isso. Agora, na quarta-feira, o princípio constitucional vai ser examinado.

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – E eu acredito que o Supremo Tribunal Federal vai validar a Constituição. Senão, estaria se transformando num tribunal de arbítrio. E, daí, nós teríamos de tomar providências. Não se trata de revanche, mas se trata da defesa do Estado de direito e da defesa do próprio Congresso. A Ministra Rosa Weber tem de votar como votou a primeira vez e como disse que votaria se a discussão fosse do princípio. Então, está assegurada a manutenção do princípio constitucional da presunção de inocência. Se isso não acontecer, cabe a este Congresso Nacional tomar providências legislativas. E essas providências serão tomadas. E serão tomadas sem espírito de revanche, mas em defesa do Estado de direito brasileiro. Eu, por exemplo, custe o que custar, do ponto de vista eleitoral, da crítica da mídia, não me furtarei a tomar iniciativas para a manutenção do princípio constitucional, que pode, sim, ser mexido pelo Congresso Nacional, por uma Constituinte ou por uma emenda à Constituição aprovada pelo conjunto dos Senadores e dos Deputados, na forma do nosso Regimento. Então, eu acredito que tudo se resolverá na quarta-feira. Não tenho muita dúvida disso, porque eu acredito no Estado de direito e tenho esperança na manutenção do Estado democrático no Brasil. Não posso imaginar o Supremo Tribunal Federal, que pode errar, como nós erramos muitas vezes, insistir nessa posição e se transformar num tribunal arbitrário para retirar o Lula do processo eleitoral. Ele tem de ser julgado pelo povo. Que coloquem razões. Eu, por exemplo, Senadora, fiz oposição ao governo do Lula e ao governo da Dilma, porque eu não concordava com a política do Meirelles e com a política do Joaquim Levy. E votei contra o *impeachment* porque eu sabia do que vinha. Quem tem de decidir os caminhos do Brasil é o povo, com ampla discussão, com uma imprensa aberta. O que nós queremos? O liberalismo econômico, que destruiu a Grécia, que impede que a Espanha tenha um governo estável, que atrapalha a vida da Alemanha, que viabilizou a queda do Ministro na Itália, que colocou a Europa inteira numa situação de pânico do ponto de vista...

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... da sua economia? Esses princípios liberais, falidos na Europa, estão pedindo asilo no Brasil, como um zumbi, um morto-vivo. E aqui eles estão tendo guarida, Senador Jorge, por parte de corruptos ideologicamente corrompidos e de corruptos de fato. Como é possível o Lula ser condenado por um raio de um apartamento que nunca foi dele? Aliás, um apartamento medíocre. Eu vi o filme do apartamento na UOL ontem. É um apartamentinho de péssima construção, de péssima qualidade. Não é um triplex, é um duplex. O terceiro andar é uma cobertura, onde puseram lá uma tina que eles chamam de piscina – 2,5m por 1,5m –, uma coisa absolutamente ridícula. E a Dona Marisa havia comprado o quarto andar, pelo qual pagou durante 10 anos. E recebeu uma proposta: "Vamos trocar pela cobertura?"

O Lula foi lá, deu uma olhada naquilo – a OAS tinha assumido a construção do prédio do apartamento –, e disse: "Não entro nessa treta. Não quero". E disse: "Não gostei da cozinha". Não comprou, não assumiu...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não recebeu.



O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... não teve posse, não usufruiu e não pode ser condenado por isso. Porque, se o Lula for condenado por esse processo, o que estará sendo jogado no lixo é o Direito brasileiro. Não é só a presunção de inocência, mas a falta absoluta de prova material. É um crime sem corpo de delito.

(Soa a campanha.)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – É uma violência que se comete não contra o Lula, mas contra a estrutura jurídica do Brasil. E tudo isso para acobertar o que vem acontecendo com o entreguismo: vai Embraer, vai Eletrobras, vai petróleo, vai Petrobras, vão-se os direitos do povo trabalhador. E, logo em seguida, vão querer acabar também com a Previdência, que não conseguiram até agora, mas, no momento pós-eleitoral, com este Governo de parlamentares não eleitos, eles vão querer resolver o problema financeiro das despesas de campanha com o voto. Eles não terão mais mandato. Então, estamos em uma situação muito difícil. E eu espero que o Supremo Tribunal Federal ponha uma ordem nisso, porque temos que discutir a política econômica com seriedade, informar o povo com uma imprensa aberta e o povo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Parabéns, Senadora, por ter assumido a tribuna, nesta tarde de uma segunda-feira, para informar a população, esclarecer o que está acontecendo. Não é o Lula que está em jogo; é o Direito e a soberania nacional.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu concluo a minha participação. E eu que agradeço o aparte de V. Ex^a, que, sem dúvida nenhuma, engrandeceu e muito o meu pronunciamento.

E saio da tribuna apenas repetindo uma decisão proferida pela Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, 15 dias antes da decisão contrária que ela tomou ao *habeas corpus* do Presidente Lula, no sentido contrário – no sentido contrário.

Isto foi extraído da folha dela, do voto dela, Ministra Rosa Weber:

O Ministério Público Eleitoral requereu o imediato cumprimento do início da pena, com a expedição da respectiva guia de execução, pelo que determinei fosse aguardado o desfecho da controvérsia no Supremo Tribunal Federal, diante do ajuizamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44 [que são essas que serão julgadas esta semana].

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Portanto, quarta-feira...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Por que não esperar a do Lula?

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Ou o Supremo acaba com isso ou acaba o Supremo.

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente. Esperaram aqui, numa ação contra a Sr^a Rejane de Oliveira Ferreira – não sei nem quem é, uma senhora lá do Rio Grande do Norte –, mas não esperaram contra o Presidente Lula. E ainda temos que ouvir que a Justiça é igual para todos.



Eu acho que Justiça é e tem que ser igual para todos, mas o Presidente Lula está sofrendo uma injustiça. E está aqui o exemplo: a Sr^a Rejane recebeu toda a deferência da Ministra Rosa Weber: "Vamos aguardar a controvérsia" – está escrito. Se não for verdade o que eu estou dizendo aqui, não faço apenas uma retratação, mas sou passível de ser processada. Mas está aqui, está publicado. Eu estou lendo uma publicação, porque não leio o Diário Oficial da Justiça. Está aqui a decisão da Ministra Rosa Weber, que deu o direito constitucional, Senador Requião, à Sr^a Rejane de Oliveira Ferreira, dizendo que não era para cumprir a pena a partir dali até que se aguardasse a controvérsia dessas ações de constitucionalidade.

Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E, se V. Ex^a me permitir, e me der som, termino como V. Ex^a me ensinou: Lula livre!

**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA VANESSA
GRAZZIOTIN (Vide item 2.1.2 do Sumário).**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Rosa Weber negou prisão no RN em caso análogo ao de Lula 15 dias antes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, Senadora Vanessa, querida colega do Estado do Amazonas. Eu cumprimento V. Ex^a.

E também o Senador Requião, que tem uma história dentro do Parlamento brasileiro e na vida pública nacional, como prefeito, como governador, e é uma das pessoas que, concordando ou discordando da gente, sempre tem algo importante a falar, pensando o País e os brasileiros.

E a fala de V. Ex^a é a fala de uma autoridade, daquelas que, com isenção, se posiciona aqui, diariamente, nesta Casa.

Eu ouvi atentamente o discurso da Senadora Vanessa, ouvi o aparte de V. Ex^a, e agora passo a Presidência para o Senador Paim, porque vou fazer uso da tribuna. Em seguida, o Senador Requião.

(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Jorge Viana, para o tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paulo Paim, diante dos fatos, diante dessa verdadeira tragédia institucional, política, que estamos vivendo no País, que chama a atenção do mundo inteiro, eu não posso começar meu pronunciamento sem dizer esta frase, Lula livre!, para que as pessoas que estão me ouvindo agora, na Rádio e na TV Senado, possam entender. Eu jamais poderia imaginar que viria à tribuna do Senado Federal para pedir que a Suprema Corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal do meu País, do nosso País...



Eu estou fazendo este pedido, estou fazendo um apelo. Isso nós podemos fazer. Isso não é pressionar a Justiça. Ao contrário. Peço que, na próxima quarta-feira, possa pacificar o Brasil, dando liberdade não só ao Presidente Lula. Nada para fazer algo para ele que esteja acima da lei, mas o que fizeram contra o Presidente Lula está abaixo da lei. Foi desprezando a Constituição, no seu art. 5º; foi desprezando as leis brasileiras, que encarceraram o Presidente Lula.

O mundo inteiro está vendo. As pessoas de bom senso, que felizmente ainda são muitas neste País, estão chocadas. Até quem estava divergindo do PT, até quem estava distante do próprio Presidente Lula... Porque, às vezes, contaminados pelas versões colocadas diariamente, ou mesmo por suas impressões de erros que, certamente, o Presidente Lula também cometeu, como gestor público, estavam distantes; agora se aproximam, porque há uma coisa que nos une a todos: o senso de justiça.

O que está acontecendo com o Presidente Lula é algo que atinge todos os brasileiros. O que está acontecendo com o Presidente Lula, encarcerado numa solitária... E não adianta tentarem, aí, disfarçadamente, como se fosse um processo, Presidente Paim, de humilhação, dizer que a cela em que ele está é uma cela diferente, é uma cela boa. É não. É uma cela isolada de tudo e de todos. Quando eles só usam para criar um ambiente de constrangimento, de isolamento absoluto daquelas pessoas de quem eles não gostam, daquelas pessoas a quem eles querem dar uma pena além daquilo que a lei estabelece.

Foi um fim de semana terrível. Eu estava lá em São Bernardo. Eu fui para lá. Com sacrifício, saí do meu Estado, passei aqui, com dificuldade para chegar; mas estava lá. É na hora da dificuldade que a gente conhece os amigos. Eu não poderia me calar. Eu não podia fazer muito, mas vivi aquelas horas com o Presidente Lula, porque eu o conheço de muito tempo.

Eu fui governador do Acre; fui prefeito. Eu tive ajuda do Presidente Fernando Henrique, quando governei a Prefeitura de Rio Branco e, depois, o Governo; da D. Ruth. Eles me ajudaram a fazer o governo do Acre e trabalhar na Prefeitura. Quando o Presidente Lula assumiu – o Presidente Lula, que conhece o Acre na palma da mão –, ele me chamou e me ajudou a fazer um dos melhores governos. E eu, sem nenhuma vaidade, assumo que fiz, porque eu fui ajudado, porque nós tínhamos um plano, nós tínhamos um bom propósito: procurar fazer pelo bem comum, estender a mão para quem precisava, sem prejuízo de ajudar aqueles que já tinham; trabalhar pelos que não tinham, pelos que não sabiam, pelos que não podiam.

Este País enveredou por um caminho, e o processo de radicalização aconteceu nesse fim de semana. É lamentável, Senador Requião.

Alguns articulistas políticos me envergonham. É uma palavra pesada, mas alguns estão embrutecidos; perderam completamente o senso humano. Eles acham que agora a página da Lava Jato e do País está virada, porque o Lula está preso! Ao contrário! Está escancarada agora a página da vergonha, do rasgar a Constituição, do agir fora da lei.

Ou aqueles que agiram lá, prendendo o Lula, respeitaram a lei? Eles não respeitaram nem o devido processo legal da primeira e da segunda instância, Senador Requião! Os prazos... Chegaram a dizer que esperar, agora, os embargos últimos é protelar uma prisão. Isso é desprezitar o STJ, isso é desprezitar o Supremo Tribunal Federal, isso é rasgar a Constituição! Foi o que fizeram. Foi o que fizeram.



Estou neste mesmo propósito de V. Ex^a, Senador Requião: estou com esperança, com confiança de que o Supremo exerça seu poder moderador e nos ajude a pacificar o País nesta próxima quarta-feira.

Vejam as manifestações do Ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, sobre esse caso. Explícito! Ele é o mais antigo Ministro do Supremo. O Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Marco Aurélio, o Prof. Lewandowski, o Ministro Toffoli... Todos eles pegaram a Constituição numa mão e não legislaram. Apenas leram e a interpretaram, como é a prerrogativa do Supremo. E disseram: "Não, nós não podemos mudar aquilo que está escrito no art. 5º".

E eu sei. Eu procurei ver o voto da Ministra Rosa Weber. Quando essa matéria foi apreciada, ela foi voto vencido. E ela expôs as suas razões de ter mudado de posição após uma decisão do Pleno. Quando for apreciado agora, como deveria ter sido apreciado antes, em dezembro, como pediu o Ministro Marco Aurélio...

Quando for apreciado agora, quarta-feira, eu espero sinceramente que não só a Ministra Rosa Weber, como também o constitucionalista Alexandre de Moraes, possam entender que a Constituição é explícita. Cabe a nós, aqui, mudá-la, e só preservando algumas cláusulas pétreas. Senão, nós não vamos ter República!

O que está em risco é a democracia brasileira; o que está em risco é a coisa mais importante para mim, que são as liberdades de todos nós.

Eu estou vendo uma mudança no sentimento dos brasileiros, Senador Requião, Presidente Paim. Há uma mudança forte, e não só nas redes sociais não.

Eu peguei um táxi, no sábado... Mas tenho ouvido muitas pessoas me chamando, uns me chamando de Jorge, outros me chamando de Senador, e me falando do sentimento que estão tendo com a prisão; aqui, funcionários, pessoas simples do Senado... Alguns com lágrimas nos olhos.

Quanto ao táxi que eu peguei, acompanhado do ator Osmar Prado: pegamos um táxi, a pessoa não nos conhecia – não deu tempo de saber, de conhecer –, e ela falou: "Já levaram o Presidente Lula?" Nós falamos: "É, ele está indo, daqui a pouco, e vai cumprir o que determinaram." E esse homem começou a chorar, dirigindo o carro, falando que aquilo era uma injustiça, porque estavam prendendo, em nome da justiça, cometendo uma grande injustiça, com alguém que trabalhou pelos que mais precisavam.

Ele falou: "Eu formei uma filha..." Era um senhor negro, já com uma certa idade, trabalhando, ali no seu carro, e falou: "Olha, eu só formei minha filha por conta do Presidente Lula, pela oportunidade que ele deu. Na época dele eu trabalhava, eu tinha um emprego. E eu agora não tenho mais".

Ele falou algo, Senador Requião, que lembra, de uns quatro, cinco anos atrás, quando ele tinha ido pegar o seu patrão no aeroporto de Guarulhos, acompanhado de outra pessoa da empresa. E, quando ele ia entrando no desembarque, vinha saindo uma família. E ele olhou e disse: "Pessoas simples, como eu; pobres, também como eu. Mas bem vestidinhos" – ele falou. E os que passaram por eles falaram: "Olha aí no que o Lula transformou o Brasil. Olha o que é que o Lula está fazendo: transformou o aeroporto numa rodoviária. E agora esse tipo de gente é que transita aqui." Ele falou: "Aquilo me atingiu. Aquilo me alcançou, Senador."

Paulo Paim, era uma pessoa negra, como o senhor tem muito orgulho de dizer e de lutar aqui, porque são as nossas raízes, contra o preconceito. Era uma pessoa simples do nosso povo,



chorando, trabalhando, e nos levando ao aeroporto, contando a impressão que tinha do que era o País governado pelo Presidente Lula e do que é o País que nós temos hoje.

É justo o Presidente Lula estar na cadeia e nós termos o Governo que nós temos aqui, na Praça dos Três Poderes?

Senador Requião, quanto custou o *impeachment*? Os falsos moralistas e justiceiros estavam onde? Se pegaram, num único apartamento, em Salvador, R\$52 milhões, isso deve ter sido a sobra do que gastaram para comprar o *impeachment*. Para comprar e chegar ao governo, para vender o País.

Sabe qual é a maior preocupação dos rentistas e do mercado hoje? É se o Moreira Franco vai ser o Ministro de Minas e Energia, porque eles querem vender, a qualquer custo, a Eletrobras. Estão aí reclamando, porque as ações caíram 5%, hoje, e 18% na sexta-feira.

Eles não querem saber dos brasileiros. Eles não aceitam que um país possa ficar reconhecido no mundo por ter feito a inclusão de 50 milhões de pessoas.

Eu lamento que as pessoas de classe média tenham ficado com medo. Isso quer dizer que, agora, eu, que tenho o meu carro; eu, que tenho agora a minha casa, vou ter que dividir as ruas com os pobres andando de carro? Eles não aceitam. Eles nunca aceitaram! E não se trata de nós contra eles.

Eu queria aqui ler algo que uma pessoa, que para mim é um grande brasileiro... Não tenho nenhuma intimidade com ele, mas eu o respeito, admiro, ouço. É uma pessoa que tem coragem, tem lado, se posiciona... Mas eu tenho orgulho de ser de um País que tem uma figura como Caetano Veloso, Chico Buarque... E olha o que é que o Caetano Veloso escreveu na sua página, hoje de manhã:

Ouvi foguetes no Leblon [diz Caetano Veloso]. Eu me sinto mal se penso que soltam foguetes porque um homem foi preso. Talvez porque eu já tenha sido preso [diz Caetano Veloso]. Não fico feliz com a prisão de ninguém. E olha que esses criminosos estão a milhões de anos-luz [diz Caetano Veloso. E ele cita alguns] de terem sido o Presidente do País que saiu, do segundo mandato, com 80% de aprovação; que retirou milhões da miséria e botou o Brasil na capa da Bíblia liberal da imprensa anglófona.

Detesto a polarização, [diz Caetano Veloso] mas os soltadores de foguetes de hoje quase me põem a alma numa dessas bolhas mesquinhas. Recuso-me a seguir essa polarização.

Caetano Veloso cita muitos que ele admira, mas faz um posicionamento.

Eu lamento muito que estejamos vivendo essa quadra, de todos contra todos, do ódio... Eu falei aqui que fico triste de ver o nosso País dividido e passando por uma situação tão grave como essa. Talvez... Eu falo com certeza isso; eu conheço o Presidente Lula. Encarceraram, talvez, o único líder que podia pacificar e que pode pacificar este País.

Eu conversei com ele demoradamente naquele sábado, cedo, lá no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Ele conversava e dizia:

Poxa vida! Fui eu que construí um ambiente de independência do Judiciário; fui eu que empoderei o Ministério Público; fui eu que equipei, abri concurso, permiti e trabalhei para que a Polícia Federal tivesse a força que tem. Fui eu que criei os órgãos de controle para combater a corrupção; fui eu que fiz este País crescer; fui eu que diminuí as invasões de terra, fazendo o diálogo [Eu ouvi isso do Presidente Lula, sábado], para que fazendeiros, pequenos proprietários, agricultores familiares pudessem conviver.



Eu queria fazer aqui algumas perguntas. Quando o Presidente Lula assumiu – será que é por isto que ele está preso? –, o PIB do Brasil era de R\$1,4 trilhão; em 2013, no primeiro mandato da Presidente Dilma, era de R\$4,8 trilhões, quase quatro vezes maior. Essa dinheirama toda foi para quem? Será que você que está me ouvindo ficou mais pobre no governo do Presidente Lula? Duvido! Lembre o que você tinha em 2002 e reflita sobre o que você construiu, com o trabalho, sim, até 2013. Será que isso caiu do céu ou foi fruto de um governo que pacificou o País e que pôs este País numa marcha de desenvolvimento, de crescimento? Lembre quanto era o seu salário, como sua família vivia antes de 2002 e como ela estava em 2013.

A dívida líquida do setor público era de 60% do PIB em 2002, um PIB pequeno, de R\$1,4 trilhão. O Lula a reduziu, com o nosso governo, para 34%, e o mercado diz que nós fomos um governo irresponsável nesse aspecto.

O lucro do BNDES era de R\$500 milhões em 2002 e passou em 2013 para R\$8 bilhões – de R\$500 milhões para R\$8 bilhões. Talvez esse trabalho de ter transformado o BNDES em um dos maiores bancos do mundo é que tenha levado o Presidente Lula à cadeia.

O lucro do Banco do Brasil era de R\$2 bilhões – Banco do Brasil que eles querem privatizar, como querem privatizar a Caixa. Em 2002, o lucro do Banco do Brasil era de R\$2 bilhões; em 2013, era de R\$15 bilhões. O lucro da Caixa Econômica em 2002 era de R\$1 bilhão e passou para R\$6,7 bilhões em 2013.

A produção de veículos do Brasil era de 1,8 milhão e passou para 3,7 milhões de carros por ano. Quantos empregos gerou? Quantos brasileiros passaram a ter mobilidade? Talvez por isso, pela intolerância, é que o Presidente Lula esteja encarcerado.

Vamos falar daquilo que é a única coisa que ainda sustenta a frágil economia do Brasil, que é o agronegócio, que é a agricultura familiar. A safra agrícola do Brasil era de 90 milhões de toneladas quando o Presidente Lula assumiu; passou, em 2013, para 188 milhões de toneladas.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ela dobrou!

As reservas internacionais do nosso País eram vergonhosas: US\$37 bilhões para uma Nação deste tamanho; passou para US\$375 bilhões. E era o governo que estava fazendo tudo errado!

O tal do índice Ibovespa era de 11 mil pontos, quando Lula assumiu; passou para 51 mil em 2013. Estava a 45; agora, o Brasil está quebrado, o Governo desmoralizado, e a jogatina elevou para 81, para tirar proveito da desgraça dos brasileiros e do País.

Os empregos gerados na época do Presidente Fernando Henrique – inclusive, acabei de registrar o respeito que teve por mim quando eu era Governador – eram de 600 mil por ano e passaram para 1,8 milhão anuais, com carteira assinada. A taxa de desemprego em 2002 era parecida com a de hoje: 12%; Lula e Dilma reduziram para 5%.

A Petrobras, tão usada como pretexto, sendo que agora a estão vendendo, acabando com ela, valia R\$15 bilhões e chegou a R\$150 bilhões. E era o governo que estava quebrando a Petrobras!

O salário mínimo, que era de R\$200 em 2002, passou para R\$700.

A dívida externa em relação às reservas, que era de 557% em 2002, baixou para 81%.

O Brasil era a décima terceira economia do mundo, passou a ser a sétima e chegou perto da quinta posição em 2013 e 2014.



O Prouni levou às universidades 1,2 milhão de jovens que não tinham nenhuma condição de fazer uma universidade.

Quando Lula assumiu, 30 milhões de passagens era vendidas no Brasil. Pobre não andava de avião. Foram mais de 100 milhões de passagens em 2013.

Eu queria dizer a todos que me acompanham que a própria taxa Selic, de que eles falam tanto e que cantam em verso e prosa, era de 19%, 18,9%, e foi derrubada para 8%.

O Fies alcançou 1,3 milhão de jovens.

O Minha Casa, Minha Vida construiu 1,5 milhão de casas.

O Luz para Todos alcançou mais de 10 milhões de pessoas.

O Ciência sem Fronteiras levou 100 mil jovens para conhecerem o mundo e se prepararem para ajudar o Brasil a vencer seus desafios.

Foram retirados, no maior programa de inclusão social do mundo, o Brasil sem Miséria, 22 milhões da extrema pobreza, pessoas que não tinham pão para dar aos filhos de manhã.

É lamentável que nenhuma universidade tenha sido criada durante os oito anos do governo do PSDB. Nenhuma universidade federal! Lula criou 18. Para quem? Para os filhos talvez daqueles que agora soltam foguetes? Será que é justo? Será que o Lula quer o mal do País? Ou será que são os seus carrascos de hoje que são o mal do País, que agem em nome da lei, mas que fazem uma caçada contra o Presidente Lula? Ele está preso. Os problemas do Brasil vão mudar, vão melhorar ou vão piorar? Vão piorar! Por isso, a confiança de que o Supremo possa mudar essa situação ainda esta semana. É a esperança, é o apelo que faço.

O tal do risco Brasil era de 1.400 em 2002 e caiu para 224.

A própria Polícia Federal tinha feito 48 operações, mas, depois que o Lula equipou e deu independência, fizeram 1.273 operações com 15 mil prisões durante os nossos governos.

O mais importante – eu concluo com isto – é que 50 milhões de pessoas saíram da pobreza.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu, sinceramente, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras...

A imprensa internacional fala, Senador Requião, que o Brasil está rompendo com o Estado democrático de direito, com a sua democracia. A foto que os grandes jornais do mundo usaram para descrever aquele sábado que envergonha a história do Brasil – não pelo fato de o Presidente Lula estar sendo trancafiado, mas pelo fato de estarem abusando da autoridade, agindo fora da lei, rasgando a Constituição para decretar a sua prisão – é uma foto do Proner, que é um jornalista, distribuída pela agência Reuters, aquela fotografia do Lula em São Bernardo sendo carregado. Não vi essa fotografia em nenhum jornal da grande imprensa brasileira.

Eu faço até um apelo à grande imprensa. O País precisa ser pacificado. Não é justo que a grande imprensa embarque nesta campanha de ódio, estimule esta campanha de ódio para, daqui a 50 anos, pedir perdão, pedir desculpa ao povo brasileiro por ter forjado este ambiente. A responsabilidade da imprensa, que tem que ser sempre livre, é maior do que a de nós todos. Ela tem que ser livre para informar, não para enganar, não para deturpar e não para incendiar este País.

Eu não estou botando a culpa na imprensa, mas, sinceramente, eu estou vendo alguns articulistas como verdadeiros monstros pelo que escrevem, pelo que falam, pelo que



argumentam. São monstros! Pessoas que não aguentam uma pressão, porque vivem de dar palestra à custa de dinheiro público do Sistema S! Vá levantar a vida desses que falam mais alto como moralistas, vá ver se eles não usam o dinheiro público do Sistema S para suas benesses!

Eu não estou aqui para apontar o dedo para ninguém. O País precisa ser pacificado.

A grande imprensa internacional, *The New York Times*, *The Guardian*, *El País*, *Libération*, BBC – eu podia citar todos eles –, está preocupada com o País. Alguns falam em vergonha.

O ex-Ministro português Sócrates esclareceu hoje, numa entrevista, que o que está ocorrendo aqui, no Brasil, é uma ação fora da lei, é uma perseguição. O Mujica, ex-Presidente do Uruguai, uma pessoa também respeitada no mundo inteiro, veio em socorro do querido amigo Lula, como ele chama, dizendo que todos que pegam esse caminho de trabalhar pelos que sofrem, mesmo sem prejuízo para os que já têm...

O que me deixa mais triste neste País é: onde estão aqueles engravatados ricos, bem criados, que não paravam de ir atrás do Presidente Lula, onde ele estivesse, para pedir apoio para ficarem mais ricos ainda, para fazerem mais negócios ainda? Eles foram os que mais ganharam no governo do Presidente Lula. Os que eram ricos ficaram mais ricos ainda; os que eram milionários ficaram bilionários. Agora, eles desapareceram e ainda se colocam contra o Presidente que mais os ajudou. Eu queria que essas pessoas, se têm família, se têm algum sentimento humano, refletissem: quanto que vocês tinham em 2002, quando Lula assumiu, e quanto que vocês têm hoje? É fruto do trabalho de vocês, é verdade, mas é fruto de um Presidente que fez este País crescer até 7,5% ao ano, com a sua economia, criando programas que não há mais em Brasília – vá ser prefeito, vá ser governador, e veja que não há um programa do Governo Federal.

Nós temos um Congresso que não tem prestígio junto à opinião pública – isso é lamentável –, temos o Governo mais impopular da história do Brasil e temos um Supremo...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... que agora é a sede da crise institucional.

Neste ambiente terrível, alguns pensam que destruíram o Presidente Lula. Getúlio Vargas entrou para a história, como ele mesmo escreveu, tirando a sua própria vida. Juscelino Kubitschek, o que fez Brasília, foi acusado de ter um apartamento no Rio de Janeiro, foi perseguido e preso e morreu precocemente, injustamente. E agora, com essa ação absolutamente injusta, estão transformando o Presidente Lula num mártir. E mártir não morre! Quanto mais perseguido, mais forte fica; quanto mais injustiçado, mais vozes vão se levantar para defender a sua memória, o seu legado.

Lula livre!

Que este País...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...dependendo da decisão, nessa quarta-feira, do Supremo (*Fora do microfone.*) comece a ser pacificado e comece a se reencontrar com a democracia! Que os falsos moralistas e justiceiros – não quero para eles o que eles desejam para nós – parem com esse protagonismo que a Constituição não os autoriza e parem de agir fora da lei. Ou vão fazer o quê? Vão prender o



Presidente Temer? Vão prender metade deste Congresso? Vão prender aqueles que têm conta na Suíça? Vão prender aqueles que saquearam, roubaram e colocaram milhões nos seus apartamentos? É isso que vão fazer? Ou vão seguir com esta ação absolutamente injusta, preconceituosa, odiosa de encarcerar o maior líder que este País tem, um dos maiores Presidentes da República da nossa história e um homem que mudou para melhor a vida de todas as brasileiras e de todos os brasileiros?

Nosso País ainda tem muitos desafios pela frente, mas o Presidente Lula ajudou este País a ficar melhor, e não pior. E é exatamente por ter feito tanto, com seus defeitos, que ele hoje está encarcerado. Prenderam a única pessoa, no meu entendimento, o único grande líder que pode pacificar este País. Ou vamos encontrar uma solução com a liberdade dele, ou este País ainda vai piorar muito, o que eu não quero e o que eu acho que nenhum de nós quer.

Lula, livre!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Senador Jorge Viana.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Roberto Requião. Na sequência, Senadora Regina Sousa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, o pronunciamento da Senadora Vanessa Grazziotin, feito agora há pouco da tribuna, esclareceu completamente o que poderá ocorrer na quarta-feira no Supremo Tribunal Federal. A Ministra Rosa Weber terá que repetir o seu voto feito no *habeas corpus* encaminhado por uma ré, numa ação que decretou a sua prisão antes de se exaurirem seus recursos. A Ministra votou com a Constituição, ou seja: ninguém pode ser preso, a não ser depois de sentença transitada em julgado sobre a qual não pesem mais possibilidades de recurso. Eu acho que isso encerra esse drama todo que nós estamos vivendo.

Eu, aguardando, Senadora Vanessa, a quarta-feira, não vou rezar, não vou orar nem fazer jejum, muito menos vou encilhar meu cavalo e empunhar uma espada, como propôs um militar meio fora do seu eixo normal. Eu vou esperar, como o Gen. Villas Bôas recomenda, que se estabeleça o princípio constitucional, o respeito à Constituição e que cesse a impunidade, toda a impunidade, algumas apuradas pela Lava Jato, que já colocou na cadeia muita gente, mas que também cesse ou seja acuminada pela lei a impunidade pelo abuso de poder de delegados, de fiscais de renda, de promotores e de juízes que interpretam a lei ao sabor da sua visão programática, ideológica ou partidária.

Mas, hoje, não é sobre isso exatamente que eu pretendo discorrer. Eu vejo que, a par dessa atividade quase que militar, numa guerra híbrida do Judiciário brasileiro para acabar com a soberania do País, liquidar a CLT, entregar a Petrobras, acabar com direitos sociais, acabar com a Embraer, acabar com a nacionalidade e a soberania, existe também, hoje, insistentemente, uma atividade para agredir a Igreja Católica no Brasil, notadamente a CNBB. Não tenho nenhuma dúvida disso. Acompanho pelo Twitter, acompanho pela mídia alternativa.

Diz-se, Senador Paim – não sei se é verdade; os Senadores do Espírito Santo, Senadora Vanessa, poderiam confirmar –, que existe um pacto entre veículos de comunicação capixabas para que não noticiem pessoas que se atiram da Terceira Ponte, ligação entre Vila Velha e Vitória, a fim de que não se estimulem mais mortes. Elas continuam acontecendo, só que agora sem alarde algum.



Talvez os meios de comunicação brasileiros devessem fazer um pacto semelhante, recusando-se a publicar manifestações de toda sorte de psicopatas, de fascistas, de degenerados que transbordam das redes sociais e do gangsterismo político para as "respeitáveis" páginas dos jornalões e para o horário nobre da televisão, para o Jornal Nacional, sem dúvida, estimulando, acicatando instintos bestiais, pré-humanos, bárbaros.

No primeiro discurso que fiz nesta Casa, neste meu segundo mandato, na sessão do dia 4 de fevereiro de 2011, trazia à memória das Sr^{as} e dos Srs. Senadores o clássico filme de Ingmar Bergman, O Ovo da Serpente, uma parábola, Senador Paim, sobre o surgimento do nazismo. "Desde o começo era ostensivo o que seria gerado", constata um dos personagens do filme. Desde o começo era ostensivo o que seria gerado. Desde o começo cultivou-se o zigoto, protegendo-o, aquecendo-o. E desde o começo deu-se de ombros à gestação do monstro. E o monstro estava sendo gestado.

Acredito que seria impróprio precisar um roteiro do estabelecimento do fascismo na Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, França, Holanda, Noruega e nos países do Leste Europeu, como também na antiga Iugoslávia.

Não há um *script* único. No entanto, alguns elementos, algumas substâncias são, Senadora Vanessa, universais. Por exemplo, a criminalização da política e a desmoralização dos partidos. Todos os políticos não prestam. Todos os partidos são organizações criminosas. Todos os políticos e todos os partidos são corruptos. Não se salva ninguém. Os Legislativos não servem para nada, são abrigos de imunidades, de foro privilegiado, de corrupção, de mordomias e sinecuras, de desperdício de dinheiro.

Se os legislativos fossem fechados – eles dizem e repetem insistentemente –, ninguém perderia nada com isso, diziam e diz-se. A par da depreciação da política, demoniza-se a Justiça, especialmente os tribunais superiores, através da militância de juízes singulares, de promotores e procuradores de Justiça, e de policiais.

Os casos alemães e italianos, notadamente, demonstram que, na área judiciária, a maior resistência ao avanço fascista foi promovida por alguns juízes de tribunais superiores. Daí todo esforço para inimizizar a opinião pública com esses tribunais.

Talvez por reunir juízes mais velhos, com notável saber, extremamente apegados aos preceitos legais, ciosos de sua independência e infensos às pressões políticas e ao autoritarismo, os tribunais superiores sempre sofreram impacto da mídia fascista. Tanto na Itália como na Alemanha, proliferaram os juízes e procuradores "justiceiros", os relhos de Deus, os chicotes, as chibatadas da vindita.

Na área legal, outro alvo do fascismo em ascensão são os advogados, especialmente os advogados de presos políticos, de líderes oposicionistas. Esses advogados são tratados como inimigos e rigorosamente estigmatizados.

Nesse roteiro da incubação do ovo fascista, temos também a satanização dos meios de comunicação e dos jornalistas, independentes ou de oposição, que não sejam classificados como integrantes da "imprensa amiga". Amiga de quem, Senador Paim?

Afinal, tanto na Alemanha como na Itália e alhures, a mídia comercial, a chamada "grande mídia" não resistiu à escalada do nazifascismo e mais das vezes, por omissão ou ação, emprestou calor para o choco do ovo, o ovo da serpente.

Por fim, completando o quadro do arreganho fascista, com base na experiência histórica, vem o escracho da Igreja, a desconceituação e infamação de padres, pastores e instituições



religiosas que ou se oponham à extrema direita ou que busquem desarmar os espíritos, pregando moderação e conciliação. E isso já está acontecendo, tanto em relação à CNBB quanto ao Papa Francisco.

Alguns radicais de direita estabeleceram um monitoramento cerrado das atividades da Conferência dos Bispos. Dou exemplo: no dia 5 de abril, uma quinta-feira, a Comissão de Justiça e Paz da CNBB convidou Senadores e Deputados para um café da manhã, na sede da entidade, em Brasília. Nem havíamos terminado a conversa sobre o Brasil, a crise econômica e política, o papel da Igreja e do Parlamento nisso tudo, quando já mancheteavam na internet: "Café comunista na CNBB". E prometiam denúncias assombrosas, sensacionais sobre a infiltração esquerdista na Igreja brasileira e sobre a internacional católico-comunista comandada, Senadora Vanessa – pasme –, desde Roma, além de "revelações aterrorizantes" sobre a parceria da CNBB com organizações criminosas.

A irrazoabilidade e a irracionalidade são características distintivas do fascismo. Mentir, distorcer, fantasiar, criar narrativas absolutamente desconectadas com a verdade dos fatos. Assim, que ninguém se surpreenda caso mais adiante pipocarem operações policiais contra padres, bispos, pastores e leigos não alinhados ao fascismo.

Em relação ao Papa Francisco, acredito que os direitistas já tenham ultrapassado os limites do bom senso e até mesmo do ridículo. Dizem que nunca houve uma Papa tão "político" quanto Francisco.

Pergunto a esses néscios, a esses bobalhões: e João Paulo II? Talvez apenas na Idade Média, quando os poderes espiritual e material de Suas Santidades se confundiam, tivemos atividades políticas mais intensas que a de Karol Wojtyła, em reinado de 27 anos. O seu sucessor, Joseph Ratzinger, não ficou atrás. Um e outro foram Papas de intensa, diária, obcecada atuação política.

Não os condeno, Senadora Vanessa, pelo contrário. O exercício do papado nunca deixou de ter a dimensão, digamos, terrena.

Mas o ataque a Francisco deve-se à sua oposição desassombrada à globalização financeira, ao reino de Mamom, ao reino do dinheiro. Sem meias palavras, sem meias medidas, sem tibieza, Francisco mostra os malefícios da financeirização de nossas vidas e das vidas das nações, Senador Paim. Francisco não faz concessões à usura, aos mecanismos cruéis e obscenos que levam à prisão das pessoas e das nações ao endividamento, à especulação financeira, ao entesouramento sibarita.

Francisco não é anticapitalista, Senadora Vanessa, pois fala com frequência sobre os benefícios do capital produtivo, abençoando-o. Francisco é cristão, isto quer dizer, Francisco é fraterno, é solidário, é humano. Bergoglio retoma a tradição dos grandes Papas que fizeram o *aggiornamento* do pensamento da Igreja, posicionando-se sobre os grandes temas que galvanizam a humanidade em determinadas fases de sua existência.

Assim o fez Leão XIII, nas décadas finais do século XIX, com a *Rerum Novarum*, das coisas novas, posicionando a Igreja sobre os direitos dos trabalhadores na ascendente sociedade industrial. Tema reprisado, 40 anos depois, por Pio XI, no aceso do conflito capital e trabalho. Assunto retomado por João XIII, com a *Mater et Magistra*, e Paulo VI, com a *Populorum Progressio*, nos agitadíssimos dias da Guerra Fria e dos movimentos de libertação nacional, das revoluções que sacudiram o mundo nas décadas de 50 e de 60.



Da mesma forma que Francisco agora, Leão XIII, Pio XI, João XXIII e Paulo VI foram execrados, caluniados e anatematizados pelos conservadores, pelos donos do poder, do capital e da opinião publicada.

Assim, tendo em vista esse histórico da Igreja de viver o tempo que a humanidade vivencia, experimenta e sofre é que os fascistas buscam desmoralizá-la, combatê-la, desonrá-la. Tanto na Alemanha quanto na Itália, para ficar em dois exemplos, a Igreja Católica e as igrejas evangélicas históricas foram classificadas formalmente como inimigas do regime.

Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes das nossas rádios, os ataques que a Igreja vem sofrendo na rede mundial de computadores, quer em sua superfície aparentemente civilizada, quer em suas profundezas sórdidas, abjetas, haverão um dia de formar correntes organizadas de opinião, movimentos organizados, com claras feições ultradireitistas, nazifascistas.

Não estou aqui, Senadores, para defender a Igreja, padres, bispos, pastores, freiras e leigos crentes. Estou aqui para defender homens e mulheres que acham possível construir um mundo fraterno, solidário, que se oponha à barbárie fascista e à barbárie da globalização financeira e imperial, como pensa o nosso Francisco Bergoglio.

Falei, insisti, adverti sobre a face tosca e agressiva do fascismo em marcha em nosso País. Mas há uma outra face, mais branda, dita branda, sobre a qual nos adverte José Saramago – abro aspas:

Os fascistas do futuro não vão ter aquele estereótipo de Hitler ou Mussolini. Não vão ter aquele jeito militar durão. Vão ser homens falando tudo aquilo que a maioria quer ouvir. Sobre bondade, família, bons costumes, religião e ética.

Nessa hora surgirá o novo demônio, e tão poucos vão perceber a história se repetindo.

No entanto, na próxima quarta-feira, no Supremo Tribunal Federal, a inteligência, o equilíbrio e a moderação de juízes que respeitam a Constituinte podem pôr um fim a isso. Lula não está acima da lei; não pode estar também abaixo dela.

E a Constituição pode ser, sim, modificada quando verificarmos que algumas coisas não funcionam como gostariam que funcionasse. Mas essa modificação não sai da cabeça de juízes que leram apostilas e fizeram um concurso seduzidos pelo valor do salário que receberiam. Essa modificação tem que ser resultado duma ampla discussão nacional e objeto da deliberação do Congresso Nacional brasileiro.

Fico com o nosso Ministro do Exército: a Constituição tem que ser obedecida. E a impunidade tem que acabar no Brasil. Toda impunidade, inclusive e principalmente a impunidade absurda de agentes públicos, que ultrapassam a lei, que analisam segundo suas conveniências, visões filosóficas e programáticas. Mas eu acho que isso tudo que eu prenunciei não vai acontecer, porque, na quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal vai colocar ordem nessa bagunça toda e vai dizer que vale a Constituição brasileira; que, se ela tiver que ser modificada, o será pelos métodos normais e legais dentro do Congresso Nacional.

Senadora, com prazer, lhe concedo o aparte.

A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Parabéns pelo discurso, Senador Requião. O senhor estava falando da Igreja, e eu queria lembrar que vai começar, ou já começou, a perseguição. Estive reunida com um grupo da Comissão Justiça e Paz. O senhor estava lá também e ouviu que a Igreja está sendo atacada por



qualquer denúncia de qualquer beata que diga que se está financiando o comunismo petista. Aí, o Ministério Público acata essa denúncia, vai às paróquias, pega computador e leva a contabilidade, coisa que nunca se viu fazer pelo menos nos últimos tempos. E se faz, especialmente, só com a Igreja Católica. Com as outras igrejas ninguém mexe. Ninguém vê o que se passa por lá, ninguém quer saber como aquela dinheirama toda entra. Aí, precisamos estar muito atentos a isso, porque foi o PT, foi Lula... Eles acham que já ganharam essa, e agora vem mais – os outros partidos de esquerda, os movimentos sociais e a Igreja que tenha alguém que seja progressista, como costumamos chamar, e que não esteja ao lado dessa elite mesquinha deste País... Então, precisamos ficar atentos a isso, e acho que a Igreja Católica precisa também se posicionar mais claramente e denunciar isso também claramente. Não pode ficar sem denunciar, senão vem outro, mais outro e, quando se pensar que não, as igrejas estarão fechadas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E saibam os nossos padres e os membros da CNBB que nós aqui, no Senado Federal, estamos de olhos abertos, e a eles não faltará a ação democrática, decidida e corajosa de Senadores desta Casa no Brasil.

Senadora Vanessa, com todo o prazer, lhe concedo o aparte.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Requião, quero cumprimentar V. Ex^a, que sempre usa uma forma muito dura, mas, ao mesmo tempo, muito elegante de trazer os fatos ao conhecimento da população brasileira. Então, quero cumprimentar essa capacidade de V. Ex^a – quem sabe um dia eu chego lá também, Senador Requião. Em segundo lugar, quero dizer que V. Ex^a apenas corrobora o que me falou rapidamente no aparte e o que todos que ocuparam a tribuna, desde o primeiro orador, Senador Paim, passando pelos demais, falaram: a nossa preocupação não só com o momento que nós vivemos, mas com o futuro. Então, quando V. Ex^a aponta para a decisão e chama a atenção para a decisão que o Supremo Tribunal Federal deverá tomar nesta semana, vamos entender que esta não é uma decisão para A ou B. É uma decisão para o Brasil, para restabelecer a ordem jurídica. Eu, há poucos instantes...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E o mundo inteiro está de olhos voltados para o Supremo Tribunal Federal neste momento.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Aí, eu, há poucos instantes, respondia a um questionamento de uma jornalista que perguntava se isso não causaria mais problemas, ou se o Presidente Lula não poderia – veja bem, Senador Requião – ser responsabilizado por uma decisão genérica como essa, ou se pessoas que estariam cumprindo pena deixariam de cumpri-la.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não é verdade.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu falei: "Em absoluto! Quem criou a confusão é que tem de sair dela, porque a Constituição é clara." A Constituição é claríssima: cumprimento de pena a partir do trânsito em julgado. Pois bem. Mudaram a avaliação por um placar apertadíssimo, o mesmo que negou o *habeas corpus* do Presidente Lula – seis a cinco. Então, agora, eles vão rever aquela interpretação, e a sua expectativa é a minha expectativa, é a expectativa de todos os juristas do Brasil, mesmo aqueles que discordam, Senador Requião: para restabelecer a ordem. Agora, é tão complicado o momento que nós vivemos, porque, se há, por um lado, a Constituição, que diz uma coisa, e há a interpretação que diz outra, por outro lado, existem inúmeras decisões monocráticas de



membros do Poder, cada uma indo em um sentido diferente. O que significa dizer: a Justiça não está sendo igual para todos. Está havendo dois pesos e duas medidas para julgamento de casos iguais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Mais do que isso, Senadora: a Justiça não é mais a lei, mas é o entendimento pessoal de cada juiz.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pessoal, exatamente. E V. Ex^a levanta a preocupação – e eu aqui quero me associar a ela e me solidarizar com a CNBB, com a Igreja Católica no Brasil –, e quero dizer que não é apenas ela. Os atentados que nós estamos sofrendo contra as liberdades de opinião é algo assustador. Eu li daqui – acho que V. Ex^a não estava, Senador Requião – um manifesto, uma mensagem da sociedade brasileira da Aprosoja, que é Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul, logo após aqueles episódios, também condenáveis, que sofreu a comitiva do Presidente Lula, primeiro com ovos, depois com pedras, até que chegou o tiro – e gente aplaudindo. Pois bem, a Aprosoja, nessa carta à sociedade brasileira, aplaude. Ela diz que aqueles gaúchos, Senador Paim, que fizeram isso são os verdadeiros brasileiros. Mas diz lá o seguinte: que a verdadeira batalha não é contra o Presidente Lula, não. É contra o PT e todos os partidos de esquerda...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... que são revolucionários e que defendem o socialismo. Então, veja: nós não podemos mais defender o socialismo? Nós não podemos mais proferir as nossas ideologias? Defender uma sociedade melhor? Então, dizem que essas pessoas que defendem um sistema diferente deste, opressor, têm que ser tratadas do jeito que o Presidente Lula foi tratado lá no Rio Grande do Sul. Então, é muito grave. Acho que V. Ex^a tem cumprido um papel, Senador Requião, fundamental e imprescindível. V. Ex^a é um Senador do PMDB, não esse MDB que está aí, do PMDB histórico, daquele do qual muitos militantes do meu Partido eram filiados quando ainda não estávamos na legalidade. Esse é o PMDB verdadeiro que V. Ex^a representa. E tem sido um grande baluarte na defesa do Estado, na defesa de democracia, na defesa do povo. Então, para nós é muito confortante ver que contamos com pessoas como V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Parabéns não só pelo pronunciamento como pela postura responsável que V. Ex^a tem tido nesses últimos tempos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senadora Vanessa, o que eu tentei dizer em voz alta aqui é que, desde que a fumaça branca apareceu em cima do Vaticano, nós podemos dizer, com o conjunto de seus eleitores: *habemus* Papa, *habemus* Igreja, *habemus*, ou seja, temos uma posição clara a favor da fraternidade e dos direitos sociais.

E eu espero poder dizer, na quarta-feira, Senador Paim, *habemus* juízes. Temos o direito do Brasil respeitado. E vamos seguir a frente contra a impunidade, respeito à Constituição e construção de um País de verdade, que respeita as pessoas e, fundamentalmente, respeita o direito das minorias e dos trabalhadores.

E, se isso tudo não acontecer, acredito que podemos ainda esperar que num dia possamos dizer: *habemus* Congresso Nacional! Afinal não são só os 300 picaretas que se subordinam aos pixulecos, às emendas e aos favores que existem nesta Casa.



Existe responsabilidade e o Congresso irá reagir para restabelecer o processo democrático no Brasil.

Com o Gen. Villas Bôas eu encerro: respeito à Constituição e fim da impunidade!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Requião, meus cumprimentos pela sua fala muito competente, como sempre, e passamos de imediato a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado e os que acompanham pela internet, eu achava que hoje aqui a gente ia ter casa cheia, porque é um acontecimento muito sério que aconteceu neste País. As pessoas têm o direito de ser contra, de estar de um lado ou de estar de outro, mas tinham que estar aqui. Esta Casa está indiferente. Parece que não aconteceu nada. Peguei o *Jornal do Senado* hoje e fiquei estarrecida! Não há uma linha no *Jornal do Senado* de hoje. O que é isso? Que Casa é esta? Que Casa Legislativa é esta, que vê um acontecimento daquele e não dá uma nota, não se posiciona, dizendo que vai fazer o debate ou qualquer coisa assim? Porque há um artigo da Constituição em risco, sendo adulterado por um poder que não tem a competência para isso. E nada! Nenhuma linha! Então, quero aqui fazer este registro.

Mas quero também dizer que eu acho muito sério – e por isso também devia estar sendo debatido aqui – o áudio daquele avião. Aquele áudio é muito sério, seriíssimo! E parece que não é nada! Aliás, a gente está acostumado com isso, porque a gente tem gravações aqui também claríssimas e que não foram nada, não servem de nada. Então, aquele áudio, aquele rojão que quase atingiu o helicóptero significa que permitiram que os que são contra Lula chegassem muito próximo, porque os que eram a favor de Lula estavam lá longe, gritando o nome dele e não chegaram perto. Mesmo assim foram massacrados. Houve gente que foi parar no hospital, criança, porque jogaram bombas de gás lacrimogêneo nas pessoas.

Então é uma coisa estarrecedora. A repressão aos apoiadores do Lula que estavam lá é muito séria. E por isso eu quero dizer aqui que eu tenho a convicção de que Lula corre risco. Não é só o Moro que pode ter convicção não, não é? Eu também posso ter.

Então eu tenho convicção de que o Lula está correndo risco. Por isso que a gente fala: quem está com ele? O nosso aparato de segurança resolveu tomar partido! É claro, me parece que quase todo é anti-Lula, tem obsessão para ver Lula na cadeia, para ver Lula destruído.

Então, a gente não pode ficar quieta, não pode deixar de fazer essa denúncia e responsabilizar. Quero dizer que a gente responsabilizará as forças responsáveis pela segurança no Paraná – seja militar, seja civil ou federal – pelo que vier a acontecer ao Lula, assim como pelo que vier a acontecer com o pessoal do acampamento que está lá, na defesa de Lula. Nós não aceitamos um novo Vladimir Herzog. É bom que a gente diga isso muito claramente.

A gente conhece os métodos da polícia de Beto Richa. Aliás, será que algum dia esse senhor vai pagar pelos crimes? Isso porque ele é denunciado, mas não acontece nada. Aliás, se tivesse o Lula se filiado ao PSDB, estaria livre disso, porque nada atinge o povo do PSDB, tudo prescreve. É só olhar quanto coisa já prescreveu para José Serra, quanto coisa já prescreveu para Aécio.

Há um povo aqui que grita que tem que haver prisão em segunda instância, mas o Eduardo Azeredo está condenado em segunda instância faz tempo. Não vi ninguém gritar para que ele



cumpra a pena. Não. Ele está aguardando recurso em liberdade. Sabe-se Deus quando esse recurso vai ser julgado.

Então, a questão de dois pesos e duas medidas – que a gente fala – está sempre presente em tudo que a gente está presenciando.

Há duas semanas, a caravana de Lula foi alvo de tiros, e o delegado do caso disse que houve uma tentativa de homicídio. O que aconteceu? Foi afastado do caso, foi chamado de... Ele mesmo está dizendo aqui que o próprio Governador o chamou de mentiroso e esquerdopata – o Richa – e mandou afastá-lo do caso.

É importante até ler um trecho do que ele diz para esta revista. Ele diz: "O chamado crime por disparo de arma de fogo e dano de menor potencial ofensivo prevê penas menores, se comparado à tentativa de homicídio."

Ao ser informado da substituição, Arruda desabafou. Agora, a fala dele – abro aspas: "Retirar a investigação da minha mão fere o critério de distribuição dos inquéritos. Assume o inquérito o delegado que estiver de plantão na semana. E esta semana quem está de plantão sou eu."

A respeito do caráter político da interferência, foi taxativo:

É claro que há razões políticas. [Isso é o delegado, falando]. Não gostaram das declarações que dei sobre como vejo o crime. Foi uma tentativa de homicídio [ele diz claramente]. Por quê? Porque estamos diante do que se chama dolo alternativo. Quem atira contra um ônibus está querendo matar alguém. Não estou dizendo que era para matar o Lula. Mas quem faz isso, atira em um ônibus, quer, sim, matar alguém.

E ele foi além. Disse assim: "Dizem que o PT pode usar politicamente a declaração de que foi tentativa de homicídio. Pode, assim como o PSDB também pode usar essa ocorrência de maneira política. Para mim, desqualificar o crime, tirando a evidente característica de tentativa de homicídio, é politizar."

Então, é a fala do delegado que foi afastado do caso dos ônibus, porque disse uma coisa de que o Governador não gostou. É outra questão séria a que a gente tem que estar atenta.

Também vejo com preocupação a comoção porque picharam a fachada do prédio da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia. E vejo com preocupação porque não vi a mesma comoção por Marielle e Anderson.

Ouvi que vão botar a Polícia Federal para investigar a pichação. Tudo bem, pichação é crime, tem o direito de procurar, ver quem fez e punir. Tudo bem. Agora, que tal botar a Polícia Federal para achar os assassinos de Marielle? Porque está se distanciando. Já vai fazer um mês, e nada se disse. As pessoas que estavam no local do crime disseram que foram mandadas embora; queriam falar o que viram e foram mandadas embora pela Polícia. A Polícia está perdendo pistas. Não vai aparecer o assassino de Marielle e do Anderson. Então, seria interessante também que tivesse a preocupação de botar a Polícia Federal para achar esses assassinos.

Queria parabenizar a TVT pelas imagens que produziu para o mundo, e que uniu o mundo em defesa do Lula. Transmitiu, o tempo inteiro, imagens muito boas, todos os discursos, todas as falas e o discurso histórico do Lula no sábado.

E também dizer que eles devem cobrar da Globo e das outras que roubaram as imagens da TVT e não deram nenhum crédito. A TVT mandou colocar "Imagem exclusiva da TVT",



disseram que a Globo ligou pedindo para eles tirarem aquilo. Estavam usando as imagens da TVT e não davam créditos à TVT. Acreditam nisso? Para ver a ousadia desse povo, que se acha dono disso aqui. A Rede Globo roubando as imagens da TVT, que estavam transmitindo 24 horas direto.

Por último, eu queria dizer: como é que fica a consciência brasileira tendo o Lula impedido de concorrer à eleição, e o Senador Aécio sendo candidato, e o Temer sendo candidato, com todas as provas contra eles? Ou será que mala de dinheiro não prova nada? Como disse o delegado da Polícia Federal, que foi diretor por pouco tempo, que disse que a mala, necessariamente, não prova nada. Ou será que gravação não prova nada? Uma gravação do Senador Aécio dizendo que manda matar se virar delator. Outro que disse que não pratica crime, só traficava, e fica por isso mesmo, ninguém diz nada.

Uma pessoa no telefone que diz essas coisas, se fosse uma pessoa do PT, já tinha sido cassado o mandato, se dissesse uma coisa daquela.

Aí vem a pergunta: cadê as provas contra Lula? Cadê as provas de que aquele apartamento é do Lula? Um apartamento que vai a leilão agora, o dinheiro vai para a OAS. Que história é essa? O Moro ouviu quase 80 testemunhas nesse processo do apartamento. Mais de 70 inocentaram o Lula. Das principais acusações, uma foi do zelador, dizendo que o apartamento era do Lula, porque o Lula tinha ido visitar, e porque as pessoas perguntavam e as pessoas compravam apartamento no prédio porque achavam que o Lula ia morar lá. Quer dizer, o zelador estava dizendo a impressão dele, não estava afirmando. Ele achava que podia ser do Lula, porque as pessoas estavam interessadas nos apartamentos. Claro, quem não queria morar no prédio do Lula?

E o Léo Pinheiro, que foi para a masmorra não sei quantas vezes. Primeiro, ele inocentou o Lula, ele inocentou o Lula, ele inocentou o Lula, e voltava para a masmorra. Aí, claro, só ia valer o depoimento se ele acusasse o Lula. Aí, ele resolveu acusar. Um dia ele vai contar essa história, porque eu não acredito que ele vá morrer com isso engasgado. Ele vai contar, ele vai dizer isso, nem que seja num livro de memórias, ele vai contar o que passou na masmorra. Os métodos do Moro são métodos terríveis, de fazer a pessoa voltar e voltar e voltar, de ameaçar inclusive familiares. Houve gente que contou isso, para a pessoa dizer, é só ver os interrogatórios. Interrogavam pessoas que não tinham nada a ver, mas terminava sempre: "É o ex-Presidente? É o ex-Presidente?". Sempre a mesma pergunta para qualquer que fosse o depoente.

Não tem uma gravação. Cadê uma gravação do Lula? Cadê a voz do Lula ou da Marisa ou de um familiar dele na gravação? Se houvesse, já tinham mostrado. Cadê uma conta em nome do Lula, da família dele ou de um parente bem distante? Não encontraram, porque, se tivessem encontrado...

Agora, conta na Suíça é só o que tem: R\$113 milhões na conta do Paulo Preto, que agora foi preso. Acho que o prenderam até para ver se apagavam um pouco a repercussão da prisão do Lula. Está preso. Não sei se vai delatar, não deve delatar, não, porque já vai completar a idade também para prescrever. Vai prescrever para ele também. Mas R\$113 milhões do Rodoanel de São Paulo, do Sr. Alckmin e do Sr. Serra. Não acontece nada.

Com Lula, não tem uma conta, não tem uma gravação. Querem convencer que aquele apartamento é do Lula por causa de uma foto do Lula visitando. Claro que ele foi, Requião contou a história aqui. Marisa queria comprar, ela tinha um apartamento para dar de entrada,



para fazer a troca e financiar. Todo cidadão pode financiar um apartamento. Existe uma foto, o PowerPoint malfeito do Dallagnol e a convicção do Mouró.

Como é que pode condenar uma pessoa sem prova? Isso é muito grave, porque qualquer juiz da mais longínqua comarca agora vai querer condenar as pessoas simplesmente por convicção. Se ele não gostar de alguém, ele vai poder forjar um processo e condenar as pessoas. Essa é uma questão muito grave para o direito brasileiro. Acho que a gente não está tendo a dimensão do que pode acontecer neste País, daqui para frente, se nada mudar na questão dessa condenação do Lula por conta daquele apartamento.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer e dizer que nós estamos aí. Se pensam que nos...

Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM)

– Senadora Regina, também para cumprimentá-la pelo pronunciamento – eu vi que V. Ex^a teve condições de chegar e levar o seu abraço ao Presidente Lula – e dizer da força com que V. Ex^a tem atuado aqui, no Senado Federal. Senadora Regina, a senhora levanta questões que, anteriormente, o Senador Paim e tantos outros que usaram a tribuna também haviam levantado. Acho que é nossa obrigação. Nós estamos aqui, em plena segunda-feira, numa sessão não deliberativa, com poucos Parlamentares, mas, amanhã, terça-feira, teremos uma sessão deliberativa à tarde, e nós, Senadora Regina, temos o dever, temos a obrigação, não porque apoiamos o Presidente Lula e porque temos clareza do que está acontecendo no Brasil, mas porque somos brasileiras e brasileiros e tememos pelo futuro do nosso País. Então, levantar esta questão para o Presidente Eunício, essas questões que estão acontecendo no Brasil, esse atentado contra o Presidente Lula, não é apenas a injustiça, não. O Presidente Lula tem sido vítima de atentados, como V. Ex^a mesmo disse, eu havia dito, e nós temos que repetir. O que fizeram durante o traslado do Presidente Lula tem que ser explicado e quem tem que explicar não é a Aeronáutica, numa nota que não convence ninguém, porque, na nota, ela disse que foram anônimos. Não existe, no sistema de defesa aéreo...

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

Se for assim, nós estamos correndo perigo nesses voos todos os dias.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM)

– Não existe no sistema de defesa aéreo qualquer anônimo que possa se identificar. Mas não é o Comandante da Aeronáutica que tem que explicar; é o Presidente, é esse tal Michel Temer, ele tem que explicar, ele tem que trazer explicações. Eu li agora, na imprensa, não sei se é verdade, que até estão cogitando retirar os seguranças que andam com o Presidente Lula. Lembra? Eu me lembro de quando queriam retirar tudo o que a Presidente Dilma tinha no Palácio da Alvorada, quando estava apenas afastada, não tinha perdido o mandato, queriam tirar absolutamente dela. Aliás, tiraram muitas coisas.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

Até a comida.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM)

– Não só as flores, tiraram muita coisa, não é? Então, nós precisamos trazer o tema para cá, Senadora, porque a nossa preocupação não é com o hoje ou com o que foi o ontem, é com o que pode vir amanhã. Então, eu acho que nós temos que buscar apoio dos demais Senadores e travar aqui um diálogo franco, um diálogo concreto, porque hoje a vítima, as vítimas são determinadas



peessoas; amanhã poderão ser outras, inclusive aqueles que estão aplaudindo no dia de hoje. Então, amanhã eu acho que nós temos essa obrigação, já na sessão deliberativa, Senador, na presença do Presidente Eunício, de solicitar dele, como Presidente do Senado e do Congresso – porque ele não é apenas Presidente do Senado, é Presidente do Congresso – que tome providências, que solicite informações verídicas e questione a Presidência da República sobre que providências estão sendo adotadas para não permitir que isso se repita e garantir a própria segurança do Presidente Lula. Então, cumprimento-a pelo pronunciamento, Senadora Regina.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Vanessa, incorporo a sua fala à minha e digo, sim, que essa nota da Aeronáutica nos coloca todos com medo. Se qualquer um pode interferir no espaço aéreo, na comunicação, então todos nós que viajamos duas vezes por semana para cá, para os nossos Estados e para cá, estamos correndo risco. De repente, esses anônimos sabem quem está no avião e mandam jogar pela janela algum de nós. É isso que vamos ter que engolir? É um absurdo tamanho! Deveria ter ficado calada, era melhor não ter soltado nota alguma.

Eu acho que temos que alertar realmente para tudo isso que a senhora falou, porque a coisa pode mudar. Quem sabe? O grande fetiche era o Lula. Pegaram o Lula, agora, eles vão... Terminou, cumpriram a missão, acabou, ou vão continuar, ou vão apurar os fatos aí, que estão claríssimos, e a coisa pode acontecer com outros.

Até porque Lula disse uma coisa muito importante também: "Um dia nós vamos ter juízes, desembargadores, procuradores filhos da favela". Porque ele propiciou isso de colocar as pessoas na universidade. Então, esses meninos e essas meninas vão, um dia, também ser juízes, procuradores, desembargadores, ministros do Supremo, e a coisa pode mudar. Então, é preciso que estejamos atentos a isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento a Senadora Regina Sousa.

Só, Senadora Vanessa, fazendo um rápido comentário. Aqui, pelo WhatsApp, o que as pessoas mais perguntam: "Com o Lula fizeram isso, desrespeitaram todos os prazos e o prenderam. E aquele que foi encontrado com malas de dinheiro? E aquele correndo na rua com outra mala? Aquele do apartamento lotado?". É o que o pessoal está perguntando aqui, no WhatsApp: "E todos os outros?". E para o Lula, contra quem até o momento não conseguiram provar nada, encurtam os prazos para poder fazer com que o seu processo chegasse ao patamar a que eles levaram, que é estar preso lá em Curitiba.

É lamentável, é de se perguntar que País é este?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM.) – V. Ex^a me permite, Senador? É porque eu percebo que nós já estamos nos encaminhando para o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora) – Imaginei que era só eu que estava sendo questionada, mas V. Ex^a também sendo questionado, porque, de fato, é isto, Senador: se se fala em justiça, vamos fazer justiça. Uns são presos em processos que desobedecem – não é encurtam –, desobedecem a prazos constitucionais, a própria Constituição, por convicção, não porque



tenham provas do crime cometido, apenas por convicção; e outros que têm muitas provas, esses continuam soltos, inclusive exercendo mandatos parlamentares, como nós temos aqui no Senado – inclusive exercendo mandatos parlamentares.

Dizer que não, que pedi o dinheiro emprestado. Sim, agora essa nova modalidade, dinheiro emprestado não vai mais para o banco, vai para o carro, depois para outro carro, daí paga-se um tanto para um motorista, um tanto para outro, aí vai parar na conta de um terceiro, para depois chegar? Enfim, é isso, temos que continuar pedindo justiça.

Mas, Senador Paim, peço a palavra a V. Ex^ª, pela ordem, apenas para fazer um registro. Eu estive, nessa semana que passou, no Município de Itacoatiara, Município do interior do meu Estado do Amazonas, um Município que é o segundo ou terceiro maior do Estado do Amazonas, dirigido de forma muito competente pelo Prefeito Peixoto, que é do partido de V. Ex^ª, do Partido dos Trabalhadores. Eu estive lá para receber da Câmara Municipal o Título de Cidadã Itacoatiarense, um título que me honrou muito.

A cidade tem 15 vereadores, os 15 vereadores participaram da votação que me concedeu esse título, para mim uma honraria. Eu já tinha marcado e, por isso, nem fui lá, não tive condições de ir pessoalmente me solidarizar com o Presidente Lula. Participei de uma sessão bastante significativa na Câmara de Vereadores, tive o privilégio de contar com a presença de quase todas as autoridades do Município, autoridades religiosas, autoridades instituídas do Poder Público, enfim, o próprio prefeito esteve lá prestigiando a solenidade. Eu e a companheira Cristiane, que é uma das dirigentes do meu Partido, nós duas recebemos o título. Ela porque vive lá há muito tempo e luta muito por aquele Município.

Então, eu quero aqui, de público, deste plenário, fazer este registro, ao tempo em que faço um agradecimento a todos os vereadores, agradecendo ao Vereador Joanilson, vereador do meu Partido, que foi o autor da propositura, e dizer que Itacoatiara sempre fez parte do meu coração. É uma grande cidade. Eu fui várias vezes a Parlamentar mais votada, a Deputada Federal mais votada lá. Na minha eleição para o Senado, tive uma votação significativa. Então, sou muito grata a toda gente daquele querido Município de Itacoatiara.

Quero dizer também, Senador Paim, que estive na Universidade Federal do Amazonas. Foi um momento de grande emoção e alegria que vivi ali e, ao mesmo tempo, de tristeza, porque eu vi o primeiro bloco da Universidade Federal do Amazonas, que destoa de todas as outras obras que compõem aquele *campus*, Senadora Regina. O primeiro bloco, fiz uma emenda individual, minha, para ajudar na construção. Aquele primeiro bloco foi construído com os recursos da própria universidade, portanto, recursos federais, com muita dificuldade. Hoje o que nós temos lá é um *campus* universitário maravilhoso, um polo de formação de jovens. Eu almocei com eles, uma comida, aliás, maravilhosa – cumprimento a gestão da universidade –, almocei no restaurante universitário, uma comida maravilhosa. Os estudantes pagam um real e alguns centavos – para quem vai de fora o preço é maior –, mas os estudantes pagam isso, e é isso que está em risco; é isso que estamos na iminência de perder.

Lá há estudantes, além do Município de Itacoatiara, de Urucurituba, de Apuí, de Pauini, de Parintins, de São Gabriel da Cachoeira. Há estudantes que vieram do Estado do Acre, estudantes que vieram de Minas Gerais, mas a grande maioria é dos interiores do Estado do Amazonas, que estudam Farmácia, Engenharia Agrônoma, Engenharia Sanitária, que estudam Matemática, que estudam Física, Design.



Enfim, é uma alegria muito grande ver como cresceu. E quando cresceu aquilo? No governo do Presidente Lula. Isso tudo, Presidente, Senador Paim, Senadora Regina, está correndo risco, porque aquela Emenda Constitucional 95 não permite que mais recursos vão para as universidades, para a educação, porque está proibido investir mais em educação e não é enquanto perdurar a crise, é por 20 anos.

Aí eu faço essa observação, porque está quase pronta outra edificação maravilhosa, que é a casa do estudante e da estudante, que está parada por falta de dinheiro. Está parada por falta de dinheiro! Estudantes de outros Municípios do interior vendo aquela edificação maravilhosa, sem ter onde morar com dignidade!

Os alunos têm a clareza do que está acontecendo, estão muito dispostos a continuar na luta. Acompanham – essa é outra informação que eu dou – de perto a greve dos professores, da rede estadual de ensino. Eu falei algumas vezes da tribuna e agora digo que a greve acabou, Senador Paim, porque eles fizeram uma bela negociação com o Governo. O Governo se dobrou aos professores, o Governo reconheceu que não tinha outro caminho que não atender à reivindicação dos trabalhadores em educação e dos professores do Estado do Amazonas.

Então, assim como os professores tiveram a ousadia, a coragem de se levantar, de lutar por aquilo que é seu de direito, eu tenho certeza de que a juventude brasileira, quando vir tudo que este Governo está fazendo contra a educação pública, contra os seus direitos, os direitos de seus pais, o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, eles também se levantarão e farão uma bela luta, uma luta pela reconquista de tudo aquilo que estão nos tirando, nos tirando de forma indevida, porque não têm um mandato popular para fazer o que estão fazendo.

Então, muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin.

De fato, essa Emenda 95, que congelou os investimentos no País por 20 anos, criou problemas enormes para a educação, para a saúde, para a habitação, para a segurança e para o saneamento básico. Como um país vai avançar quando todos os investimentos estão congelados por 20 anos, engessando inclusive a vida e o programa de governo daquele que for eleito agora em outubro, para os próximos 4 anos?

Por isso, uma série de entidades entraram com um movimento, com milhares de assinaturas, junto ao Supremo e também aqui, no Congresso Nacional, no sentido de que essa Emenda 95 seja, de uma vez por todas, retirada, arquivada, rejeitada, porque é inadmissível que a saúde e a educação no Brasil, como exemplo maior, possam se manter com investimentos, quando é proibido investir. Por isso, eles querem derrubar essa Emenda Constitucional 95.

Estão encerrados os trabalhos, sob a proteção de Deus.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 47 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 43^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Realização de sessão



Realização de sessão solene do Congresso Nacional para o dia 8 de maio próximo, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 100 anos do Dia das Mães no Brasil.



**Documento encaminhado à publicação pela
Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos
do art. 210 do Regimento Interno**



09/04/2018

Rosa Weber negou prisão no RN em caso análogo ao de Lula 15 dias antes

CAPA, DEMOCRACIA

Rosa Weber negou prisão no RN em caso análogo ao de Lula 15 dias antes



RAFAEL DUARTE

2 dias ago Comentários desativados

foto: Dida Sampaio

Quinze dias antes de negar o habeas corpus ao ex-presidente Lula alegando seguir uma decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal sobre execução de pena a partir da 2ª instância, a ministra Rosa Weber decidiu justamente o contrário dia 20 de março deste ano, numa decisão monocrática de recurso especial eleitoral com origem no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

A ação foi movida pelo Ministério Público Eleitoral contra Rejane de Oliveira Ferreira, Francisco Ferreira de Souza e Hermano José Ferreira de Souza. Os três foram condenados em 2016 por unanimidade pelo TRE/RN pela prática dos crimes de corrupção eleitoral, estelionato e inserção de dados falsos em sistema de informação. Servidora do INSS, Rejane de Oliveira foi acusada de conceder aposentadorias e outros benefícios previdenciários, com o auxílio de Francisco e Hermano, em troca de contrapartida de eleitores.

Rosa Weber cita na decisão monocrática, inclusive, as Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44 que estão sob a guarda do ministro relator Marco Aurélio de Mello e que a presidenta do STF Carmem Lúcia se recusa a colocar em pauta. Diz a ministra Rosa Weber:

– Às fls. 3.056-62, o Ministério Público Eleitoral requereu o imediato cumprimento do início da pena, com a expedição da respectiva guia de execução, pelo que determinei fosse aguardado o desfecho da controvérsia no Supremo Tribunal Federal, diante do ajuizamento das ações declaratórias de constitucionalidade 43 e 44, sem prejuízo da regular tramitação do recurso no TSE. É o relatório. Decido.

A decisão da ministra reforça a tese de perseguição política contra o ex-presidente Lula, cuja prisão foi decretada pelo juiz Sérgio Moro mesmo antes do processo transitar em julgado na própria 2ª instância. Por 6 votos a 5, o STF negou o habeas corpus a Lula em 4 de abril. O voto de Rosa Weber foi decisivo porque a ministra já havia se posicionado de forma contrária à prisão de 2ª instância, antes da conclusão total do processo.

Se na decisão monocrática relacionada à ação eleitoral do RN a ministra votou para aguardar a decisão no STF sobre as Ações Declaratórias de Constitucionalidades 43 e 44, duas semanas depois Rosa Weber não deu o mesmo benefício ao ex-presidente Lula.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2018

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 2º da Resolução nº1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa para participar, entre os dias 18 a 21 de abril de 2018, das Reuniões da Comissão de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca; da Comissão de Meio Ambiente e Turismo, a serem realizadas na cidade de Quito, Equador. Em cumprimento ao artigo 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informa que estará ausente do país entre os dias 18 a 22 de abril, de 2018.

AUTORIA: Senador Roberto Requião (PMDB/PR)



Página da matéria



00100.041957/2018-

A publicação
Em 09/04/18.
Fluore

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO Nº 188 , DE 2018

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requiro licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 18 a 21 de abril de 2018, para, na condição de Vice-Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões da Comissão de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; da Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca; da Comissão de Meio Ambiente e Turismo, a serem realizadas nos dias 19 e 20 do referido mês e ano, na cidade de Quito, Equador.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 18 a 22 de abril de 2018.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 2018.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

Recebido em 9/5/18

Hora 8:52



Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 188 de 2018.

2700F.



SGM - Senado Federal

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

00100.041957/2018-15 - 00100.041957/2018-15-1 (ANEXO: 0)



Of. GB-PLA Nº06/2018

Brasília, 26 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

ASSUNTO: ENCAMINHA CORRESPONDÊNCIA E SOLICITA A VIABILIZAÇÃO DA PRESENÇA DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO (PMDB/PR), NA MISSÃO OFICIAL A EQUADOR, DIAS 19 E 20 DE ABRIL.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano dirijo-me a Vossa Excelência, para informar que o Parlatino realizará em Quito/Equador, dias 19 e 20 de abril próximo, reunião das seguintes comissões: Comissão de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca; Comissão de Meio Ambiente e Turismo.

Conforme entendimentos mantidos com o Senado Federal, de que os Parlamentares brasileiros comparecerão às reuniões do Parlamento Latino-Americano com passagens e diárias custeadas pela própria Casa, e tendo em vista a importância de o Parlamento Brasileiro fazer-se representar no evento, solicito-lhe que verifique a possibilidade de viabilizar comparecimento do Senador Roberto Requião, dos dias de 19 e 20 de abril em Quito/Equador, considerando a participação como missão oficial.

Na espera de uma manifestação positiva de Vossa Excelência, despeço-me.

Atenciosamente,

Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano
Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, pelo Brasil.

Presidência do Senado Federal

Recebi o Original

Em: 28/03/18 às 13:59

Rivânia 300862

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO - PARLATINO
GRUPO BRASILEIRO

Senado Federal - Anexo I - 5º andar - Sala 10 - 55 (61) 3303.4105 / 4106 / 4332 / 4242 - Fax: 55 (61) 3303.3850
E-mail: parlatino@temor.senado.gov.br / grupo-brasil@parlatino.org.br
70165-900 BRASÍLIA - DF



Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 188 de 2018.

FFD.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Término de prazos



- Encerrou-se em 6 de abril o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara n^os 98 e 171, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

- Encerrou-se no dia 6 de abril o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei do Senado n^o 586, de 2015; e do Projeto de Resolução do Senado n^o 14, de 2013.

Tendo sido rejeitadas pelas Comissões competentes, as matérias vão ao Arquivo, nos termos do art. 254, do Regimento Interno.



ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL





PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

RATIFICAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 2, de 2018

Ratifica a Portaria do Presidente nº 08, de 18 de agosto de 2016.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e considerando o Parecer nº 562/2017 da Advocacia do Senado Federal, que recomendou a ratificação por escrito da autoridade da qual emanou a Portaria do Presidente nº 08, de 18 de agosto de 2016, publicada em 10 de fevereiro de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Portaria do Presidente nº 08 de 2016, publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 6196, Seção 2, e no Diário Oficial da União nº 30, Seção 2, ambos de 10 de fevereiro de 2017, nos termos do art. 2017-N do Regimento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 17 de 2015 e consolidado pela Resolução nº 20 de 2015.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de março de 2018. Senador **Eunício Oliveira**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 47, Seção 2, de 09/03/2018.
- Publicação extraída do Boletim original nº: [6459-2 de 09/03/2018](#)



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1286408](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1286408)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

CRÉDITO SUPLEMENTAR

ATO DO PRESIDENTE Nº 3, de 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$121.496,00 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e noventa e seis reais), para remanejamento de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista a autorização contida no art. 45, §1º, inciso I, da Lei no 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO-2018), combinado com o art. 4º, caput, inciso III, alínea "a", item "2", da Lei nº13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA-2018), e considerando as disposições contidas na Portaria SOF/MP no 487, de 15 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 121.496,00 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e noventa e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Senado Federal, 2 de abril de 2018. Senador **Eunício Oliveira**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 65, Seção 1, de 05/04/2018.
- Publicação extraída do Boletim original nº: [6476-2 de 05/04/2018](#)



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1288250](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1288250)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0910			Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							121.496
			OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							104.800	
28 846	0910 000Q 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior							104.800	
28 846	0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	F	3	2	80	0	100	104.800	
28 846	0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	F	3	2	50	0	100	16.696	
TOTAL - FISCAL										121.496
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										121.496

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0551			Atuação Legislativa do Senado Federal							121.496
			ATIVIDADES							
01 031	0551 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política							121.496	
01 031	0551 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF							121.496	
			F	3	2	90	0	100	121.496	
TOTAL - FISCAL										121.496
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										121.496



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

PORTARIA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL





PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 05, de 2018

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE DESIGNAR o servidor **FERNANDO CESAR DE SOUZA CUNHA**, matrícula nº 226868, ocupante do cargo efetivo de Advogado, para exercer a Função Comissionada de ADVOGADO-GERAL, símbolo FC-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, ficando o servidor dispensado da função que hoje ocupa.

Senado Federal, 13 de março de 2018. Senador **Eunício Oliveira**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6463-1 de 15/03/2018](#)



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1286824](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1286824)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O SENADO FEDERAL DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
A CÂMARA DOS CONSELHEIROS DO
REINO DO MARROCOS**





PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O SENADO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A CÂMARA DOS CONSELHEIROS DO REINO DO MARROCOS

O SENADO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A CÂMARA DOS CONSELHEIROS DO REINO DO MARROCOS, doravante denominados "os Partícipes":

Considerando os princípios comuns que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil e do Reino do Marrocos;

Considerando a longa tradição do Senado Federal da República Federativa do Brasil e da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e a sua larga experiência no exercício das competências legislativas e de fiscalização e controle, bem como seu funcionamento como instituições políticas duradouras, como órgãos de representação democrática e parlamentar;

Considerando o firme propósito das Partes Contratantes de desenvolver ampla cooperação visando o fortalecimento acentuado das relações marroquino-brasileiras em várias áreas e o aprimoramento do exercício das competências e funções constitucionais das duas câmaras;

Considerando a importância da cooperação parlamentar no fortalecimento e na manutenção das relações de parceria entre o Senado Federal da República Federativa do Brasil e a Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos, contribuindo assim para consolidar as relações de amizade existentes entre os dois países e os dois povos;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Objetivo

O presente Memorando de Entendimento tem por objetivo institucionalizar e promover o desenvolvimento de atividades de cooperação entre o Senado Federal da República Federativa do Brasil e a Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos.

Artigo 2º

Cooperação

1. As atividades mencionadas no artigo anterior abrangerão a definição e implementação de programas e projetos de cooperação oportunamente acordados, cuja participação caberá às Partes Contratantes, diretamente, ou por meio de seus órgãos institucionais.

2. As Partes, caso considerem conveniente e mediante acordo prévio e expresse, poderão concordar com a participação de outras instituições, organizações ou organismos e



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1287540](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1287540)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

convidá-los a somar esforços para a consecução dos objetivos comuns propostos no presente Memorando.

Artigo 3º

Áreas de atuação

Os programas e projetos de cooperação visam incentivar o intercâmbio de experiências entre os integrantes dos dois grupos de amizade em questões relacionadas à cooperação parlamentar: legislação e controle; acompanhamento legislativo da tramitação de iniciativas de interesse para a relação Brasil - Marrocos, em particular as propostas de acordos bilaterais assinados pelos dois Governos; diplomacia parlamentar e avaliação de políticas públicas, por meio de visitas periódicas destinadas a fortalecer os laços de amizade e cooperação com base em uma história comum, respeito profundo e compreensão mútua, além de outras áreas que venham a ser acordadas.

Capítulo II

Implementação do Memorando

Artigo 4º

Comissão Mista

1. Fica instituída a Comissão Mista de Cooperação, composta pelos dois presidentes das Comissões de Relações Exteriores e dos Presidentes dos grupos parlamentares de amizade de ambas as Casas a fim de acompanhar a implementação das ações de cooperação mutuamente acordadas e contribuir essencialmente para dar um impulso concreto e significativo a esta cooperação parlamentar.

2. A Comissão prevista neste artigo reunir-se-á uma vez por ano, alternadamente, na República Federativa do Brasil e no Reino do Marrocos.

3. A ação dos dois grupos parlamentares de amizade entre as duas instituições legislativas será priorizada como ponte entre as duas Casas, com ênfase no acompanhamento e na implantação de mecanismos de cooperação parlamentar.

4. A coordenação e a comunicação entre os dois grupos respectivos será fortalecida por meio de consultas destinadas essencialmente a fazer perdurar suas atividades conjuntas, levando em consideração:

- a) a posição geoestratégica dos dois países;
- b) sua abertura para novos mercados na ótica da cooperação Sul-Sul;
- c) e o fortalecimento das relações econômicas e comerciais, promovendo parcerias inovadoras que se beneficiem das animadoras oportunidades de investimento entre os dois países.

5. O mecanismo de consultas entre as duas instituições estender-se-á a uma série de questões regionais e internacionais em fóruns parlamentares internacionais para promover a paz e a segurança internacionais e alcançar o desenvolvimento sustentável.

6. À Comissão Mista competirá definir, planejar, elaborar e coordenar os programas e projetos e demais atividades abrangidas no âmbito da cooperação.

7. Caberá a cada Parte designar um funcionário de -ligação para secretariar os encontros e manter contatos regulares de trabalho.

Artigo 5º

Intercâmbio de Informações

1. O Senado Federal e a Câmara dos Conselheiros manterão, permanentemente, um sistema de troca de dados e de- informações, documentos, livros, periódicos e publicações, fortalecendo o intercâmbio de experiências legislativas entre as duas instituições;



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1287540](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1287540)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

2. Promoverão iniciativas voltadas para a difusão do conhecimento recíproco entre os dois países, como a publicação de livros clássicos sobre a história do Marrocos e a história do Brasil, com o apoio de cada Casa;

3. Apoiarão a realização de estudos sobre temas de interesse para a relação entre o Brasil e o Marrocos;

4. Ambas as Casas organizarão seminários sobre formas de fortalecer as relações marroquino-brasileiras, particularmente econômicas e comerciais; e sobre as oportunidades que se abrem a empresas brasileiras no Marrocos e a empresas marroquinas no Brasil, com a presença de representantes dos Paramentos dos dois países e de especialistas nacionais e internacionais, em coordenação com as respectivas embaixadas.

Artigo 6º

Financiamento

1. Este Memorando não deve ser interpretado como tendo capacidade de gerar obrigações jurídicas ou financeiras entre as Partes.

2. As Partes arcarão com as despesas de deslocamento e hospedagem das suas respectivas delegações, bem como da realização de atividades em seus países.

Capítulo III

Disposições Finais

Artigo 8º

Efeitos

1. O presente Memorando de Entendimento não acarreta qualquer obrigação financeira ou jurídica entre os Partícipes.

2. O presente Memorando de Entendimento causará efeitos 30 (trinta) dias após a data de sua assinatura e continuará a produzir efeitos por um período de 4 (quatro) anos renovável automaticamente por períodos similares, a menos que um dos Partícipes comunique, por escrito, ao outra sua intenção de terminá-lo, com pelo menos 3 (três) meses de antecedência.

Feito em Brasília, aos 21 dias do mês de março do ano de 2018, em dois exemplares originais, nos idiomas português, árabe e francês, sendo os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência na interpretação, o texto em francês prevalecerá.

Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal da República Federativa do Brasil -
Abdessamad Kayouh, Primeiro Presidente da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 58, Seção 1, de 27/03/2018.

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6471-2 de 27/03/2018](#)



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1287540](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1287540)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ATO DO 1º SECRETÁRIO





PRIMEIRA SECRETARIA

PROVIMENTO E INVESTIDURA DE CARGOS EM COMISSÃO

ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 1, de 2018

Dispõe sobre procedimentos relativos ao provimento dos cargos em comissão do Quadro de Pessoal do Senado Federal e à investidura neles.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e tendo em vista a necessidade de disciplinar os procedimentos relativos à nomeação, posse e cessão de servidores ou empregados pertencentes a outro órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, para o exercício de cargos em comissão do Senado Federal, na forma estabelecida na Lei nº 8.112, de 1990, RESOLVE:

Art. 1º A indicação para cargo em comissão do Senado Federal, bem como a solicitação de alteração de cargo ou lotação e de exoneração, será feita pelo titular da respectiva unidade, devendo ser formalizada por meio de processo eletrônico no Sistema de Gestão de Cargos Comissionados (GCC), disponível na intranet do Senado Federal, e deverá ser instruída obrigatoriamente com os seguintes documentos:

I - declaração do indicado, informando:

- a) todos os cargos, funções, empregos públicos e privados e ocupações, inclusive na qualidade de profissional liberal, exercidos nos últimos oito anos;
- b) que não se enquadra em nenhuma das proibições de que trata o art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 63, de 1997, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 35 de 2013.

II- certidões negativas expedidas:

a) pelas Justiças Federal, Estaduais e/ou Distrital relativamente a atos de improbidade administrativa e à condenação, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena pela prática dos crimes dolosos a que se refere a alínea b do inciso I do art. 1º deste Ato.

b) pela Justiça Eleitoral, relativamente à condenação pelo menos em segunda instância por:

1. corrupção eleitoral;
2. captação ilícita de sufrágio;
3. doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha;
4. conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma;



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1285034](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1285034)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

5. crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
6. doações eleitorais tidas por ilegais, na qualidade de pessoa física e/ou dirigente de pessoa jurídica.
- c) pela Justiça Militar, relativamente à declaração de indignidade ou incompatibilidade com o oficialato;
- d) pelos Tribunais de Contas da União, do Estado e, se for o caso, do Município, de rejeição das contas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, em face do exercício de cargos ou funções públicas;
- e) pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, relativamente a condenações cíveis por ato de improbidade administrativa;
- f) pelas Casas Legislativas da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município, tendo o indicado sido Senador, Deputado Federal, Governador de Estado, Prefeito ou membro de Assembleia Legislativa ou de Câmara Municipal, relativamente à renúncia a mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência ao dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município;
- g) por Conselho ou órgão profissional competente, relativamente à exclusão do exercício da profissão, por decisão sancionatória, em decorrência de infração ético-profissional;
- h) por órgãos públicos nos quais trabalhou nos últimos 8 (oito) anos, relativamente à demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou destituição de cargo em comissão;
- i) por órgão da Magistratura ou do Ministério Público ao qual esteve vinculado nos últimos 8 (oito) anos como magistrado ou membro do Ministério Público, relativamente à aposentadoria compulsória por decisão sancionatória ou de perda do cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar.

III - Declaração de rendimentos, no caso de servidores cedidos ao Senado Federal e para os servidores aposentados de outros órgãos públicos visando ao atendimento do que dispõe o art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 1º As certidões de que trata o inciso II do caput deste artigo devem ser emitidas pelos órgãos com jurisdição sobre o último domicílio em que o indicado tenha residido.

§ 2º Com exceção das certidões emitidas pela Justiça Federal, pela Justiça Eleitoral, Justiça Militar, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Nacional de Justiça, os demais documentos poderão ser substituídos por declarações próprias do indicado, referentes aos domicílios dos últimos oito anos.

§ 3º As certidões de que trata este artigo devem ter sido expedidas há no máximo seis meses contados retroativamente da data da indicação, salvo se explicitar prazo de validade inferior.

§ 4º Na hipótese de qualquer certidão positiva, deverá ser apresentada Certidão/Declaração emitida pelo órgão responsável com detalhamento da ocorrência, inclusive instância decisória, data da decisão e se ela está vigente ou suspensa, de maneira a viabilizar a verificação da incidência dos óbices à nomeação constantes do § 1º do art. 4º da Resolução nº 63, de 1997.

§ 5º Na hipótese de o indicado ser servidor de outro órgão ou entidade da administração pública direta, autarquia e fundacional dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, além do pedido de nomeação, far-se-á necessário que, na indicação de que trata o caput deste artigo, seja solicitada a cessão do respectivo servidor, com indicação do órgão cedente e da autoridade competente para colocar o servidor à disposição do Senado Federal.



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1285034](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1285034)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

§ 6º O indicado deverá apresentar, ainda, declaração de que não possui vínculo de parentesco até o terceiro grau civil com senador ou servidor do Senado Federal ocupante de cargo em comissão ou função comissionada e, caso possua, informar o nome e parentesco.

§ 7º Os servidores de que trata o inciso III do caput deste artigo deverão apresentar, no cadastramento anual de servidores, o último contracheque do órgão cedente.

§ 8º O Senado Federal tomará providências no sentido de descontar em folha de pagamento dos servidores a parcela da soma das remunerações percebidas cumulativamente que exceder o limite definido no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 2º A posse dar-se-á exclusivamente após a publicação do ato de nomeação no meio oficial e dependerá ainda:

I - quando se tratar de servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da anuência expressa do órgão ou entidade cedente, colocando o servidor à disposição do Senado Federal;

II - de apresentação da cópia digital, cadastrada no sistema eletrônico do Senado Federal, dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade, com indicação de número do registro geral e da data de expedição;

b) CPF;

c) Título de eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela Justiça Eleitoral.

d) Certificado de Reservista, quando homem;

e) Certidão de Casamento com averbações;

f) Documento oficial de inscrição no PIS/PASEP, no caso de nomeado inscrito nesses programas;

g) Comprovante de qualificação cadastral correta junto ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial;

h) Procuração específica para posse, no caso de posse por procuração;

i) última Declaração de Ajuste Anual de Bens e Rendias e recibo emitido pela Receita Federal ou autorização de acesso aos dados de bens e rendias da Declaração de IRPF, nos termos da IN TCU nº67/2011;

j) declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

k) declaração de percepção ou não de proventos de inatividade e, em caso afirmativo, da especificação da natureza da inatividade;

l) declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada e sociedade civil;

m) declaração de que não exerce o comércio, e, no caso de exercê-lo, o faz na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

n) laudo de aptidão física e mental do nomeado para exercício do cargo, que deverá ser expedido por órgão oficial de saúde ou por empresa e profissionais de saúde credenciados pela administração pública.

§ 1º O laudo a que se refere a alínea "n" do inciso II do caput deste artigo não poderá ultrapassar noventa dias de sua emissão na data da posse.

§ 2º A critério da Secretaria de Gestão de Pessoas, os laudos médicos expedidos por órgão oficial de saúde dos Estados, na forma autorizada da alínea "n" do inciso II do caput deste artigo, poderão ser encaminhados à Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor para homologação, ou, se necessário, para nova inspeção médica do servidor.



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1285034](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1285034)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

§ 3º As declarações de que tratam as alíneas de "j" a "m" do inciso II do caput deste artigo devem ser firmadas com data não anterior a 30 (trinta) dias da data de posse.

Art. 3º A posse dar-se-á mediante agendamento em sistema eletrônico do Senado Federal.

Parágrafo único. Será admitida a posse por procuração, vedada a atuação de servidor público como procurador.

Art. 4º Nos casos em que o intervalo entre a data da exoneração e nomeação para o exercício de novo cargo em comissão não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias, será dispensada, para posse, a apresentação do laudo médico de que trata a alínea "n" do inciso II do art. 2º deste Ato.

Art. 5º. A cessão de servidores para prestar serviços no Senado Federal obedecerá ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990, bem como ao seguinte:

§ 1º O pedido de cessão de servidores dar-se-á por meio de ofício expedido pelo Presidente do Senado Federal após ser devidamente instruído pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

§ 2º A cessão de servidores ou empregados pertencentes a outro órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, para prestar serviços no Senado Federal, somente será solicitada para o exercício de cargo em comissão, sendo o ônus da remuneração:

I - do órgão cedente, na hipótese de opção pela remuneração do cargo ou emprego efetivo, nos casos em que respectivamente a legislação federal, estadual ou municipal a autorizar, cabendo ao Senado Federal o pagamento das parcelas da remuneração do cargo em comissão, nos limites legais;

II - integralmente do Senado Federal na hipótese de opção pela remuneração do cargo em comissão.

Art. 6º Excepcionalmente e a critério do Presidente do Senado Federal, será solicitada a cessão de servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, sem a necessidade de exercício de cargo em comissão, hipótese em que o ônus total da cessão será do órgão ou entidade de origem, vedado o reembolso de qualquer despesa remuneratória.

Art. 7º Ficam revogados os Atos do Primeiro-Secretário nºs 9, de 2002; 33, de 2009; 2, de 2011; 3, de 2013, 14, de 2014; e 6, de 2015.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de fevereiro de 2018. Senador **José Pimentel**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6454-2 de 02/03/2018](#)



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1285034](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1285034)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ATAS DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE





CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 160ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia sete de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Diretoria-Geral do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Presentes a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Fernando Álvaro Leão Rincon, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Paulo Ricardo dos Santos Meira, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; José Ricardo Melo Albuquerque e Ana Maria Alves Soares de Castro, representantes dos servidores ativos; Cantídio Lima Vieira e Edward Cattete Pinheiro Filho, representantes dos servidores inativos. Na qualidade de Secretária, a senhora Daniele Carvalho Calvano Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde da SEGP. Presentes também o senhor Geovane Resende Silva, Coordenador de Gestão Operacional do SIS; o senhor Pablo Diego Barros da Conceição, Coordenador de Gestão Financeira do SIS, e o senhor Ramon Mendes de Souza, Assessor Técnico de Saúde da SEGP. A Diretora-Geral Ilana Trombka assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. O Conselho autorizou a inversão de pauta. **Item II) Evolução do Fundo de Reserva do SIS.** O Coordenador de Gestão Financeira, Pablo, explanou sobre a atual situação do Fundo de Reserva, demonstrando os fatores que desencadearam a involução financeira deste. O Coordenador asseverou que medidas drásticas devem ser tomadas para que a vitalidade do Fundo de Reserva se mantenha. Nas projeções apresentadas, o Fundo de Reserva se tornaria insuficiente para cobrir despesas em um período inferior a cinco anos. Foram apresentadas aos conselheiros propostas para sanar o problema. O Conselheiro Edward Cattete informou que repassará à Coordenação-Geral de Saúde o estudo sobre o Fundo de Reserva feito em 2014. O Conselheiro José Ricardo contestou alguns dados e propostas apresentadas ao tempo em que ponderou sobre o encaminhamento do disposto no art. 46 do regulamento, isto é, a repercussão dos reajustes percebidos pelos servidores ativos, inativos e pensionistas nos últimos anos sobre a participação financeira (tabelas de coparticipação); e solicitou, ainda, que fossem projetados cenários para o SIS caso as propostas fossem aceitas. O Conselheiro Cantídio relatou que, nas tentativas anteriores de reajustes e alterações na participação financeira do SIS, os representantes dos servidores inativos foram contra as medidas propostas, pois o Fundo de Reserva apresentava superávit. A Vice-Presidente Ilana sugeriu que as propostas fossem apresentadas aos servidores ativos e inativos por meio dos seus representantes eleitos e que a decisão sobre as medidas a serem adotadas fosse tomada na próxima reunião ordinária do Conselho de Supervisão do SIS. O conselho acatou a sugestão da Vice-Presidente. **Item I) Documento 00100.013745/2018-48 - Proposta de reajuste linear da tabela de procedimentos do Hospital Israelita Albert Einstein.** Aprovado o reajuste nas tabelas do Hospital Israelita Albert Einstein nos moldes do parecer elaborado pelo Coordenador de Gestão Operacional do SIS. O reajuste terá efeito retroativo a partir de 1º de fevereiro de 2018, exceto na tabela de medicamentos que passará a vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2018. **Item III) Agendamento de Reunião Extraordinária em 21/02/2018.** O Conselho optou por não agendar a Reunião Extraordinária para discutir o Regulamento do SIS antes de finalizar a discussão sobre o Fundo de Reserva do SIS. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às doze horas e quinze minutos do dia sete de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, e, para constar, eu, Daniele Carvalho Calvano Mendes, na condição de Secretária da presente reunião do Conselho de Supervisão do SIS, lavrei a Ata, que, após lida



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1286144](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1286144)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-Presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Sala de reuniões da Diretoria-Geral do Senado Federal, em 07 de fevereiro de 2018.

Ilana Trombka, Diretora-Geral, **Cantidio Lima Vieira**, **Fernando Álvaro Leão Rincon**, **José Ricardo Melo Albuquerque**, **Paulo Ricardo Dos Santos Meira**, Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6457-2 de 07/03/2018](#)



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1286144](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1286144)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 161ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às quinze horas e quinze minutos do dia treze de março do ano de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Diretoria-Geral do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Presentes os senhores conselheiros Fernando Álvaro Leão Rincon, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Paulo Ricardo dos Santos Meira, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; José Ricardo Melo Albuquerque e Ana Maria Alves Soares de Castro, representantes dos servidores ativos; Cantidio Lima Vieira e Edward Cattete Pinheiro Filho, representantes dos servidores inativos. Representando o Presidente do Conselho, o senhor Maurício Renato de Souza, Chefe de Gabinete da Primeira Vice-presidência. Na qualidade de Secretária, a senhora Daniele Carvalho Calvano Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde da SEGP. Presentes também o senhor José Henrique de Oliveira Varanda, representante do Conselho Fiscal do Fundo de Reserva do SIS; o senhor Geovane Resende Silva, Coordenador de Gestão Operacional do SIS; e o senhor Ramon Mendes de Souza, Assessor Técnico de Saúde da SEGP. Item I) Retorno sobre a reunião com representantes dos servidores ativos e inativos acerca do Fundo de Reserva do SIS. A Coordenadora-Geral de Saúde informou que será criado um grupo de discussão com os representantes de segmentos dos servidores ativos e inativos objetivando a elaboração de propostas para o aumento do aporte de receitas ao Fundo de Reserva do SIS. As proposições serão analisadas na próxima reunião ordinária do Conselho. Item II) Atualização da edição da tabela CBHPM adotada pelo SIS. Aprovada a atualização da tabela de referência. A CBHPM edição 2016 passará a ser adotada para fins de normalização de rol de procedimentos, não havendo atualização de seus valores. Item III) Documento 00100.029280/2018-47- Reajuste de pacote de check-up do Hospital Israelita Albert Einstein. Aprovado o reajuste de 2,85%, conforme parecer apresentado pelo Coordenador de Gestão Operacional do SIS. Item IV) Documento 00100.013706/2018-41 - Beneficiária requer cobertura de lente intraocular especial para cirurgia de catarata. Indeferido, em observância ao parecer técnico do Serviço de Perícia e Auditoria do SIS. Item V) Documento 00100.014922/2018-11 Beneficiário requer inscrição de dependente que não consta na Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física. Indeferido, nos termos do art. 5º, inciso VIII, e art. 12º, inciso VIII, da Resolução nº 35, de 2012. Extra pauta I) Processo 00200.001361/2018-54. Retorno da solicitação do Conselho na 159ª Reunião Ordinária - Parecer ADVOSF sobre as glosas de auditoria do Saúde Caixa. A Coordenadora-Geral de Saúde apresentou aos conselheiros o parecer da ADVOSF corroborando com a decisão do Conselho em manter suspenso o pagamento dos valores referentes às auditorias fora do DF até o envio de documentação comprobatória pelo Saúde Caixa. Extra pauta II) Documento 00100.030617/2018-69 - Autorização para cobertura de atendimento realizado em unidade credenciada, em caráter de urgência. Considerando que o procedimento consta no rol de cobertura obrigatória do Saúde Caixa, fica aprovado o pagamento integral, descontada a participação financeira, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 35, de 2012. A dedução obedecerá aos mesmos limites de participação e de desconto em folha aplicados aos entes credenciados. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às dezessete horas e trinta e cinco minutos dodiatreze de março do ano de dois mil e dezoito, e, para constar, eu, Daniele Carvalho Calvano Mendes, na condição de Secretária da presente reunião do Conselho de Supervisão do SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1288238](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1288238)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Sala de reuniões da Diretoria-Geral do Senado Federal, em 13 de março de 2018.

Ana Maria Alves Soares de Castro, Cantidio Lima Vieira, Edward Cattete Pinheiro Filho, Fernando Álvaro Leão Rincon, José Ricardo Melo Albuquerque, Paulo Ricardo dos Santos Meira, Conselheiros.

Observações:

- *Publicação extraída do Boletim original nº: [6476-2 de 05/04/2018](#)*



[tp://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1288238](http://intra.senado.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1288238)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ABB04A0D00228533.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6289FFA500229AE0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-**PMDB** - João Alberto Souza*
 -**PRTB** - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 -**PMDB** - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
 -**PMDB** - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-**PMDB** - Airton Sandoval* (S)
 -**PMDB** - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
 -**PMDB** - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-**PMDB** - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 -**S/Partido** - Raimundo Lira* (S)
 -**PMDB** - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
 -**PMDB** - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 -**PMDB** - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-**PMDB** - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 -**PMDB** - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 -**PMDB** - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-**PMDB** - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 -**PMDB** - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
 -**PMDB** - Waldemir Moka*
 -**PMDB** - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
 -**PROS** - Hélio José* (S)
 -**S/Partido** - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 -**PMDB** - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
 -**PMDB** - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19		Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11	
Airton Sandoval.	SP	PP-7 / PSD-4	
Dário Berger.	SC	Ana Amélia.	PP / RS
Eduardo Braga.	AM	Benedito de Lira.	PP / AL
Elmano Férrer.	PI	Ciro Nogueira.	PP / PI
Eunício Oliveira.	CE	Gladson Cameli.	PP / AC
Fernando Bezerra Coelho.	PE	Ivo Cassol.	PP / RO
Garibaldi Alves Filho.	RN	Lasier Martins.	PSD / RS
Jader Barbalho.	PA	Omar Aziz.	PSD / AM
José Maranhão.	PB	Otto Alencar.	PSD / BA
João Alberto Souza.	MA	Roberto Muniz.	PP / BA
Marta Suplicy.	SP	Sérgio Petecão.	PSD / AC
Renan Calheiros.	AL	Wilder Morais.	PP / GO
Roberto Requião.	PR	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10	
Romero Jucá.	RR	PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1	
Rose de Freitas.	ES	PODE-3	
Simone Tebet.	MS	Alvaro Dias.	PODE / PR
Valdir Raupp.	RO	Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Waldemir Moka.	MS	Cristovam Buarque.	PPS / DF
Zeze Perrella.	MG	João Capiberibe.	PSB / AP
Bloco Social Democrata - 16		José Medeiros.	PODE / MT
PSDB-12 / DEM-4		Lídice da Mata.	PSB / BA
Aécio Neves.	PSDB / MG	Lúcia Vânia.	PSB / GO
Antonio Anastasia.	PSDB / MG	Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO	Romário.	PODE / RJ
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB	Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM
Dalirio Beber.	PSDB / SC	Bloco Moderador - 9	
Davi Alcolumbre.	DEM / AP	PTB-2 / PR-4 / PSC / PRB-2	
Eduardo Amorim.	PSDB / SE	PTC-1	
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA	Armando Monteiro.	PTB / PE
José Agripino.	DEM / RN	Cidinho Santos.	PR / MT
José Serra.	PSDB / SP	Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE	Fernando Collor.	PTC / AL
Paulo Bauer.	PSDB / SC	Magno Malta.	PR / ES
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES	Pedro Chaves.	PRB / MS
Roberto Rocha.	PSDB / MA	Telmário Mota.	PTB / RR
Ronaldo Caiado.	DEM / GO	Vicentinho Alves.	PR / TO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE	Wellington Fagundes.	PR / MT
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12		S/Partido - 2	
PT-9 / PDT-3		Raimundo Lira.	PB
Acir Gurgacz.	PDT / RO	Reguffe.	DF
Ângela Portela.	PDT / RR	PRTB - 1	
Fátima Bezerra.	PT / RN	Pastor Bel.	MA
Gleisi Hoffmann.	PT / PR	PROS - 1	
Humberto Costa.	PT / PE	Hélio José.	DF
Jorge Viana.	PT / AC	TOTAL	
José Pimentel.	PT / CE	PMDB.	19
Kátia Abreu.	PDT / TO	Bloco Social Democrata.	16
Lindbergh Farias.	PT / RJ	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Paulo Paim.	PT / RS	Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Paulo Rocha.	PT / PA	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Regina Sousa.	PT / PI	Bloco Moderador.	9
		S/Partido.	2
		PROS.	1
		PRTB.	1
		TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (-PROS-DF)	Raimundo Lira* (-S/Partido-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Bel* (-PRTB-MA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">PMDB - 19 Líder Simone Tebet - PMDB (142,163) Vice-Líder Valdir Raupp (141)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16 Líder Eduardo Amorim - PSDB (71,100,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Ataídes Oliveira (74) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (75,86,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (101) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,132,151) Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (103) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,106) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12 Líder Lindbergh Farias - PT (28,61,63,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,61,63,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,62,126) Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116) Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,162)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Graziotin (17,22,156) Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (51,72,145,164) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Graziotin (17,22,156) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,57,83,99,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 0 Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p style="text-align: center;">Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Morais (39,122,132,151)</p>	<p style="text-align: center;">PROS - 1 Líder Hélio José - PROS (42,48,85,155)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria Líder Simone Tebet - PMDB (142,163)</p>
<p style="text-align: center;">Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
163. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016
Leitura: 13/07/2016
Instalação: 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)**Notas:**

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 - 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



7) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



8) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE(S)
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 14/03/2018



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) ^(1,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPCD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD)
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. VAGO (2,16,22,23,26)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

- *. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
 **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
^(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(7,9,10,23)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
^(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros: 19 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

